

Tegma Gestão Logística S.A.

**Demonstrações contábeis
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais individuais e consolidadas	10
Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas	12
Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas	14
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas – método indireto	15
Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas– informação suplementar	17
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	18

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Tegma Gestão Logística S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Tegma Gestão Logística S.A.** ("**Companhia**"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Tegma Gestão Logística S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19, o reconhecimento de receita envolve controles com o objetivo de assegurar a integridade dos registros das transações, condicionando ao momento adequado em que os serviços são prestados e reconhecidos pelo cliente. Considerando o volume de transações envolvidas, portfólio de serviços de transporte, gestão logística e armazenamento, situação geográfica de logística e atendimento aos clientes, o reconhecimento da receita envolve uma alta dependência do funcionamento adequado dos controles internos determinados pela Companhia e suas controladas. Nesse sentido, com base na relevância da dependência e funcionamento dos referidos controles, e do impacto que eventual ausência de funcionamento desses controles, poderiam trazer nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Avaliação dos controles internos dos ciclos significativos relacionados ao reconhecimento de receitas, incluindo: base de contratos com clientes em relação ao serviço a ser prestado e preço negociado; gestão de fretes relacionados e de serviços prestados; conferências dos registros contábeis;
- Teste documental, em bases amostrais, de conferência de documento fiscal de embarque e transporte e serviços realizados;
- Teste de integridade de base de dados de receitas com os registros contábeis;
- Testes relacionados a lançamentos manuais realizados;
- Procedimentos analíticos sobre receita, considerando: análise de indicadores-chave do negócio, prazo médio de recebimento de vendas, alinhamento de expectativas desenvolvidas com o realizado; e
- Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados nos processos de reconhecimento da receita da Companhia e suas controladas, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossas análises e entendimento, consideramos que o reconhecimento da receita da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Avaliação de *impairment* ativo imobilizado e intangível, principalmente àqueles com vida útil indefinida

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 10 e 11 às demonstrações contábeis consolidadas, a Companhia possui ativo imobilizado e intangível, nos montantes de R\$ 209.033 mil e R\$ 171.446 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019. A maior parte dos bens e direitos envolvidos estão relacionados as suas operações mercantis das UGCs e incluem ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Já os demais ativos no caso de existência de indícios de *impairment*. Conforme mencionado nas referidas notas explicativas, a Companhia e suas controladas realizam teste de *impairment*, o qual envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, o qual leva em consideração diversas premissas, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado pela auditoria, como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto que podem alterar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação quanto à indícios internos ou externos que pudessem trazer evidências da ocorrência de desvalorização dos ativos;
- Utilização de profissionais especializados para auxiliar na revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela Administração da Companhia e suas controladas em conjunto com seus especialistas externos contratados para elaboração dos relatórios de análise;
- Contínuo desafio das premissas utilizadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas, tais como: crescimento de receitas, custos e despesas, e diversos outros indicadores de inflação e de preços; e
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, apropriadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Investigação independente em curso

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, no dia 17 de outubro de 2019 a Companhia foi alvo de mandado de busca e apreensão de dados e documentos autorizado pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo, em virtude de investigação que, até então, não era do conhecimento da Companhia, e que foi iniciada por um “Acordo de Leniência Parcial” firmado por uma das empresas concorrentes da Companhia no mercado de transporte de veículos zero quilômetro. A investigação visa apurar suposta ação concertada no transporte de veículos zero quilômetro importados para um cliente da Companhia, do porto de Vitória à Estação Aduaneira do Interior, operação essa encerrada pela empresa em 2015, e que já naquela época representava um volume imaterial frente as receitas para a Companhia. A busca e apreensão em nada afetou as operações da Companhia. O Conselho de Administração, determinou em reunião do dia 01 de novembro de 2019, a constituição de um Comitê Independente, composto por três membros e assessorado por escritórios especializados, para conduzir uma investigação independente para apurar os fatos que vincularam a Companhia. Devido aos riscos e incertezas envolvidos neste tipo de processo, além de existirem investigações em andamento que podem resultar, eventualmente, em impactos nas demonstrações contábeis, inclusive no aspecto de divulgações, como também por sua relevância em relação às demonstrações contábeis; esse assunto direcionou a nossa atenção e de nossos esforços de auditoria e concluímos, portanto, como o principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Efetuamos a atualização quanto ao entendimento das políticas de *compliance* da Companhia com objetivo de averiguar, entre outros aspectos relacionados a governança, se eles estão efetivamente em operação e, também, se estão de acordo e consistentes com leis e regulamentos;
- Reunimo-nos e avaliamos as principais ações investigatórias da Companhia conduzidas pelo escritório de advocacia independente e respectivos especialistas forense;
- Procedemos com reuniões e discussões junto aos consultores jurídicos externos da Companhia de forma a entender quanto a se existiriam, ou não, outros impactos e/ou riscos;
- Avaliamos as informações e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas quanto ao atual status do processo de investigação em que a Companhia está envolvida;
- Envolvemos nossos especialistas em práticas forenses para nos auxiliarem na avaliação do escopo e abrangência da investigação, na avaliação crítica dos procedimentos e metodologias utilizados pelos investigadores independentes até o presente momento destas investigações, inclusive quanto aos procedimentos de coleta e análise de documentos e/ou informações críticas e avaliação quanto à necessidade de execução de procedimentos adicionais e acompanhamento de informações relevantes pelos meios de comunicação.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a conduta adotada na investigação em curso e as divulgações relacionadas, estão apropriadas no contexto das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, cujo relatório datado de 19 de março de 2019, não continha modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, individuais

e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e



desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Tegma Gestão Logística S.A.**Balancos patrimoniais****Em 31 de dezembro de 2019 e 2018****Em milhares de Reais**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	36.764	75.713	67.332	83.542
Contas a receber de clientes	6	220.464	195.543	261.173	226.227
Estoques (almojarifado)		-	-	75	173
Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.130	3.342
Impostos e contribuições a recuperar	8	104.325	10.477	106.280	12.007
Demais contas a receber	7	4.613	5.329	6.687	6.775
Partes relacionadas	24	884	4.182	684	4.126
Instrumentos financeiros derivativos	4	3.739	-	3.739	-
Despesas antecipadas		1.491	828	1.972	1.319
Total do ativo circulante		372.280	292.072	449.072	337.511
Demais contas a receber	7	527	465	1.832	5.970
Impostos e contribuições a recuperar	8	6.384	6.153	9.689	9.417
Partes relacionadas	24	1.115	15.626	1.115	15.626
Títulos e valores mobiliários		-	-	2.600	700
Instrumentos financeiros derivativos	4	-	1.614	-	1.614
Ativo fiscal diferido	15	-	-	16.910	16.129
Depósitos judiciais	14	11.486	8.702	14.452	11.902
Total do realizável a longo prazo		19.512	32.560	46.598	61.358
Investimentos	9	250.900	197.728	38.343	35.944
Imobilizado	10	85.403	99.309	209.033	202.166
Intangível	11	164.402	165.022	171.446	172.454
Direito de uso	26	53.758	-	70.929	-
Total do ativo não circulante		573.975	494.619	536.349	471.922
Total do ativo		946.255	786.691	985.421	809.433

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tegma Gestão Logística S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	12	61.022	6.703	61.022	6.703
Debêntures	12	25.130	48.073	25.130	48.073
Arrendamento mercantil	26	14.910	-	28.867	-
Fornecedores		1.981	2.534	2.499	5.165
Fretes a pagar		31.471	30.240	33.813	31.733
Tributos a recolher		16.946	12.945	19.414	15.095
Salários e encargos sociais	13	23.256	21.240	26.263	24.261
Demais contas a pagar	16	23.585	21.994	29.637	30.863
Partes relacionadas	24	148	7.869	72	2.311
Imposto de renda e contribuição social	15	41.006	6.327	41.998	6.438
Total do passivo circulante		239.455	157.925	268.715	170.642
Empréstimos e financiamentos	12	30.000	55.414	30.000	55.414
Debêntures	12	25.005	50.010	25.005	50.010
Arrendamento mercantil	26	42.809	-	48.055	-
Partes relacionadas	24	542	1.958	542	1.958
Passivo fiscal diferido	15	2.759	2.593	2.759	2.593
Provisões para demandas judiciais	14	30.606	34.419	35.266	44.444
Total do passivo não circulante		131.721	144.394	141.627	154.419
Capital social		144.469	144.469	144.469	144.469
Ações em tesouraria		(342)	(342)	(342)	(342)
Reservas de capital		174.055	174.055	174.055	174.055
Reservas de lucros		256.903	138.195	256.903	138.195
Ajuste de avaliação patrimonial		(6)	(311)	(6)	(311)
Dividendos adicionais propostos		-	28.306	-	28.306
Total do patrimônio líquido	17	575.079	484.372	575.079	484.372
Total do passivo e patrimônio líquido		946.255	786.691	985.421	809.433

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tegma Gestão Logística S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida dos serviços prestados	19	1.181.902	1.136.165	1.347.320	1.253.779
Custo dos serviços prestados	20	(920.319)	(888.886)	(1.060.475)	(995.805)
Lucro bruto		261.583	247.279	286.845	257.974
Despesas gerais e administrativas	20	(83.190)	(72.347)	(84.959)	(74.010)
Despesas comerciais	20	(478)	(503)	(478)	(2.410)
(Ganho) perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(96)	32	2.109	(1.096)
Outras receitas (despesas) líquidas	21	38.903	(25.307)	36.098	(27.413)
Resultado operacional		216.722	149.154	239.615	153.045
Resultado de equivalência patrimonial	9	21.005	4.408	2.986	371
Receitas financeiras	22	44.982	7.953	46.530	11.398
Despesas financeiras	22	(21.365)	(17.766)	(23.833)	(20.518)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		23.617	(9.813)	22.697	(9.120)
Lucro antes dos impostos		261.344	143.749	265.298	144.296
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	15	(67.364)	(39.375)	(72.099)	(42.697)
Diferido	15	(8)	3.875	773	6.650
Lucro líquido do exercício		193.972	108.249	193.972	108.249
Lucro líquido por ação:					
Lucro por ação - básico (em R\$)	23			2,94	1,64
Lucro por ação - diluído (em R\$)	23			2,94	1,64

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tegma Gestão Logística S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	193.972	108.249	193.972	108.249
Resultado com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	463	(472)	463	(472)
Tributos diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	(158)	161	(158)	161
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	305	(311)	305	(311)
Resultado abrangente total	194.277	107.938	194.277	107.938

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tegma Gestão Logística S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Dividendos adicionais propostos	Total do patrimônio líquido
			Ágio na subscrição de ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros				
Saldos em 01 de janeiro de 2018	144.469	(342)	174.055	28.894	11.960	54.042	-	-	35.728	448.806
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	108.249	-	-	108.249
Outros resultados abrangentes:										
Resultado com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-	(472)	-	(472)
Tributos diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-	161	-	161
Incentivos fiscais	-	-	-	-	14.006	-	(14.006)	-	-	-
Destinação:										
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	94.243	(94.243)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(64.950)	-	-	(7.422)	(72.372)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	144.469	(342)	174.055	28.894	25.966	83.335	-	(311)	28.306	484.372
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	193.972	-	-	193.972
Outros resultados abrangentes:										
Resultado com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-	463	-	463
Tributos diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-	(158)	-	(158)
Incentivos fiscais	-	-	-	-	17.739	-	(17.739)	-	-	-
Destinação:										
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	176.233	(176.233)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(75.264)	-	-	(28.306)	(103.570)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	144.469	(342)	174.055	28.894	43.705	184.304	-	(6)	-	575.079

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tegma Gestão Logística S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Lucro antes dos impostos		261.344	143.749	265.298	144.296
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	10 e 11	18.507	22.348	25.810	29.290
Amortização direito de uso	26	20.007	-	32.794	-
Perda na venda de bens	21	961	366	2.888	1.226
Baixa direito de uso / arrendamento	21	(66)	-	(115)	-
Provisão para demandas judiciais	14	18.574	24.546	21.100	32.483
Perda na baixa de ágio	21	-	2.527	-	2.527
Valor justo na transferência de investimento	21	-	(1.842)	-	(1.842)
(Ganho) perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	6	96	(32)	(2.109)	1.096
Provisão para perda de valores com vendas de controladas	20	-	-	-	1.907
Equivalência patrimonial	9	(21.005)	(4.408)	(2.986)	(371)
Resultado da operação de <i>swap</i>	22	(1.662)	(1.701)	(1.662)	(1.701)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e debêntures	12	11.824	14.306	11.824	14.476
Juros sobre arrendamento	26	4.339	-	6.440	-
Créditos fiscais extemporâneos	8	(92.136)	(9.705)	(92.136)	(10.599)
		220.783	190.154	267.146	212.788
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		(25.017)	(49.459)	(32.837)	(59.372)
Impostos a recuperar		(2.866)	15.420	(1.388)	17.603
Depósitos judiciais		(3.708)	(1.031)	(3.736)	(1.930)
Demais ativos		1.814	(2.443)	4.733	(9.246)
Fornecedores e fretes a pagar		1.129	3.241	2.317	3.061
Salários e encargos sociais		2.016	963	2.002	897
Partes relacionadas		8.672	444	14.298	189
Outras obrigações e tributos a recolher		3.470	2.584	971	5.828
Caixa gerado pelas atividades operacionais		206.293	159.873	253.506	169.818
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(1.829)	(3.927)	(1.829)	(4.073)
Juros pagos sobre debêntures	12	(5.695)	(11.657)	(5.695)	(11.657)
Juros pagos sobre arrendamento mercantil	26	(4.225)	-	(6.094)	-
Demandas judiciais pagas	14	(19.341)	(20.597)	(26.970)	(22.931)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(31.762)	(24.886)	(35.348)	(26.267)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		143.441	98.806	177.570	104.890

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tegma Gestão Logística S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa – método indireto

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Redução de capital em controladas	9	320	75.991	320	491
Aquisição/Aumento de capital em controladas	9	(18.680)	(23.801)	-	-
Caixa e equivalentes de caixa - Tegma Logística Integrada S.A.	2	-	-	-	(655)
Dividendos recebidos	9	267	24.243	267	244
Aquisição de intangível		(4.209)	(5.288)	(4.385)	(5.300)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(16.232)	(8.386)	(34.523)	(27.933)
Recebimento pela venda de bens		974	299	1.448	378
Caixa líquido utilizados nas (provenientes das) atividades de investimento		(37.560)	63.058	(36.873)	(32.775)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	17.e	(103.570)	(75.500)	(103.570)	(75.500)
Captação empréstimos e financiamentos	12	30.000	50.000	30.000	50.000
Pagamento de debêntures	12	(46.676)	(66.666)	(46.676)	(66.666)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(6.667)	(40.134)	(6.667)	(44.754)
Pagamento de arrendamento mercantil	26	(17.917)	-	(29.994)	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	(385)	-	(385)
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento		(144.830)	(132.685)	(156.907)	(137.305)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(38.949)	29.179	(16.210)	(65.190)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		75.713	46.534	83.542	148.732
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		36.764	75.713	67.332	83.542

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tegma Gestão Logística S.A.

Demonstrações do valor adicionado – informação suplementar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receitas					
Vendas brutas de serviços, líquidos dos descontos	19	1.379.610	1.312.008	1.570.624	1.456.381
Outras receitas		58.738	2.628	60.796	8.898
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	6	(96)	32	2.109	(1.096)
		1.438.252	1.314.668	1.633.529	1.464.183
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos serviços prestados		(786.809)	(773.096)	(851.993)	(803.079)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais		(119.639)	(117.022)	(162.053)	(162.043)
		(906.448)	(890.118)	(1.014.046)	(965.122)
Valor adicionado bruto					
Depreciação e amortização	10 e 11	(18.507)	(22.348)	(25.810)	(29.290)
Amortização direito de uso	26	(20.007)	-	(32.789)	-
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		493.290	402.202	560.884	469.771
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	9	21.005	4.408	2.986	371
Receitas financeiras	22	44.982	7.953	46.530	11.398
Valor adicionado total a distribuir		559.277	414.563	610.400	481.540
Distribuição do valor adicionado					
<u>Pessoal e encargos</u>					
Remuneração direta		101.759	91.789	118.453	109.020
Benefícios		23.950	20.490	29.091	25.881
FGTS		6.431	4.001	7.797	5.184
<u>Impostos, taxas e contribuições</u>					
Federais		127.306	85.031	142.445	95.807
Estaduais		74.112	61.489	80.454	72.779
Municipais		3.294	2.418	5.698	5.630
<u>Remuneração de capitais de terceiros / Financiadores</u>					
Juros e variações cambiais		21.365	17.766	23.833	20.518
Aluguéis		7.088	23.330	8.657	38.472
<u>Remuneração de capitais próprios</u>					
Dividendos e juros sobre capital próprio		75.264	64.950	75.264	64.950
Lucros retidos		118.708	43.299	118.708	43.299
Valor adicionado distribuído		559.277	414.563	610.400	481.540

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Tegma Gestão Logística S.A. ("Companhia") e suas empresas Controladas ("Companhia e suas Controladas") têm entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químicos e eletrodomésticos.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, registrada no segmento especial do mercado de ações da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação TGMA3, e está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no seu Estatuto Social.

A Companhia é composta por duas divisões: logística automotiva e logística integrada.

Os serviços da Companhia na divisão de logística automotiva compreendem:

Transporte rodoviário – transferência e distribuição de veículos zero-quilômetro e usados, transferências portuárias, gestão de estoques e de pátios de montadoras de veículos e serviços de preparação de veículos para venda;

Os serviços da Companhia na divisão de logística integrada compreendem:

Transporte rodoviário – *milk run* (sistema de coletas programadas de materiais, que utiliza um único equipamento de transporte do operador logístico, para realizar as coletas em um ou mais fornecedores e entregar os materiais no destino final, sempre em horários pré-estabelecidos); *full truck load* (é o tipo de carga homogênea, geralmente com volume suficiente para preencher completamente uma caçamba ou o baú de um caminhão), transferência de grânéis sólidos/líquidos e de peças entre as plantas dos clientes ou fornecedores;

Armazenagem geral e alfandegada – englobando armazenagem e gestão de peças e componentes, *cross docking* (sistema de distribuição no qual a mercadoria recebida, em um armazém ou Centro de Distribuição, não é estocada mas sim imediatamente preparada para o carregamento da entrega), *picking* ou separação e preparação de pedidos (na recolha em armazém de certos produtos, podendo ser diferentes em categoria e quantidades, face a pedido de um cliente, de forma a satisfazer o mesmo), manuseio e preparação, armazenagem de grânéis químicos líquidos e sólidos, armazenagem *in-house* (na estrutura do cliente), armazenagem de veículos e armazenagem alfandegada dentro de estruturas adequadas à legislação de entrepostos aduaneiros;

Gestão logística – envolvendo controle de estoques, abastecimento de linha de produção *just in time*, gestão de embalagens retornáveis, gestão de peças e componentes, gestão de pátios de veículos, gerenciamento de estoque de mercadorias nacionais e importadas e logística reversa.

Busca e apreensão – Operação Pacto

No dia 17 de outubro de 2019 a Companhia foi alvo de mandado de busca e apreensão de dados e documentos autorizado pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo, em virtude de investigação que, até então, não era do conhecimento da Companhia, e que foi iniciada por um “Acordo de Leniência Parcial” firmado por uma das empresas concorrentes da Tegma no mercado de transporte de veículos zero quilômetro. A investigação visa apurar suposta ação concertada no transporte de veículos zero quilômetro importados para um cliente da Companhia, do porto de Vitória à Estação Aduaneira do Interior, operação essa encerrada pela empresa em 2015, e que já naquela época representava um volume imaterial frente as receitas para a Companhia. A busca e apreensão em nada afetou as operações da Companhia.

Em função dos eventos descritos e, (i) em que pese a firme convicção de que a Companhia atua dentro das mais estritas normas de Compliance e regras de mercado, (ii) que a origem das alegações que embasaram o pedido de busca e apreensão está alicerçada em disputas comerciais e (iii) mesmo face aos diversos êxitos em processos anteriores que imputavam à Companhia as mesmas práticas de infração à ordem econômica; o Conselho de Administração, seguindo as melhores práticas de mercado e, primando pela transparência e isenção, determinou em reunião do dia 01 de novembro de 2019, a constituição de um Comitê Independente, composto por três membros e assessorado por escritórios especializados, para conduzir uma investigação profunda e meticulosa dos fatos atribuídos à Companhia, objeto da documentação constante do Acordo de Leniência que deu origem à busca e apreensão mencionada. Os trabalhos estão sendo conduzidos de modo independente e por profissionais habilitados, experientes e isentos. O Comitê Independente se reporta diretamente ao Conselho de Administração.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras não houve nenhuma manifestação por parte do Juízo da 1ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo. No que tange aos trabalhos do Comitê Independente, os mesmos continuam em curso.

2 Relação de entidades controladas

O Grupo está constituído da seguinte forma:

Controladas diretas e indiretas	Participação (%) 2019	Participação (%) 2018	Relacionamento
Tegma Cargas Especiais Ltda. (“TCE”)	100,00	100,00	Controlada
Tegma Logística de Armazéns Ltda. (“TLA”)	100,00	100,00	Controlada
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. (“Tegmax”)	100,00	100,00	Controlada
Tegma Logística de Veículos Ltda. (“TLV”)	100,00	100,00	Controlada
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. (“Niyati”)	100,00	100,00	Controlada
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda. (“Tegup”) (i)	100,00	100,00	Controlada
Tech Cargo Plataforma de Transportes Ltda. (“Tech Cargo”) (ii)	100,00	-	Controlada
Catlog Logística de Transportes S.A. (“Catlog”)	49,00	49,00	Empreendimento controlado em conjunto
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”) (iii)	50,00	50,00	Empreendimento controlado em conjunto

- (i) A TegUp, controlada direta da Companhia, tem o objetivo de trazer inovação em logística, agindo como aceleradora de startups. Anualmente é realizada um ciclo de programa de aceleração para prospecção de empresas transformadoras, que ofereçam produtos, serviços e inovação relacionados ao universo da logística digital e dos transportes. As empresas Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A. e Rabbot Serviços de Tecnologia S.A., receberam investimentos da controlada TegUp para acelerar e contribuir com seus crescimentos.
 - a. Em 23 de agosto de 2018 foi aprovado investimento na empresa Frete Rápido, empresa de tecnologia em estágio inicial de operação que desenvolve solução baseada em plataforma web para contratação de fretes. O investimento autorizado pelo Conselho de Administração foi de R\$ 1.400, condicionado ao atingimento de metas econômico-financeiras. Todo investimento já foi realizado.
 - b. Em 1º de agosto de 2019 foi aprovado investimento na empresa Rabbot, empresa de tecnologia em estágio inicial de operação que desenvolve solução de automação de mobilidade, organização e otimização de processos de gestão de frota. O investimento autorizado foi de R\$ 3.200, condicionado ao atingimento de metas econômico-financeiras. Do valor mencionado, R\$ 1.200 já foram realizados.
- (ii) A Tech Cargo controlada direta da Companhia, foi constituída com o objetivo de efetuar a intermediação de serviços e negócios relacionados a transporte em geral com utilização de software próprio ou de terceiros entre outras atividades.
- (iii) Reestruturação societária

Em 08 de fevereiro de 2018 a Tegma Logística Integrada S.A. antiga controlada da Companhia, foi objeto do Acordo de Associação entre a Companhia e, a BCDF e JR Participações S.A. (“Holding Silotec”) para a criação da *joint venture* GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”) que uniu as atividades de armazenagem e movimentação de mercadorias desenvolvidas em Cariacica-ES, pela Tegma Logística Integrada S.A. (“TLI”) antiga controlada da Companhia, e pela Companhia de Transportes e Armazéns Gerais (“Silotec”), subsidiária integral da Holding Silotec.

Dessa maneira, a GDL detém 100% das participações acionárias da TLI e da Silotec, e seu capital é igualmente dividido entre a Tegma Gestão Logística S.A. e a Holding Silotec, tornando-se um empreendimento controlado em conjunto.

A Companhia desconsiderou a Tegma Logística Integrada S.A. em sua consolidação e passou a registrar os resultados da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (GDL) pelo método de equivalência patrimonial a partir de fevereiro de 2018.

Segue saldos de 31 de janeiro de 2018 contribuídos pela Companhia para a formação da *joint venture*:

Ativo	Passivo e patrimônio líquido	
Caixa e equivalentes de caixa	655	Fornecedores 606
Contas a receber de clientes	3.229	Tributos a recolher 790
Estoques (almoxarifado)	40	Salários e encargos sociais 1.280
Impostos e contribuições a recuperar	3.127	Demais contas a pagar 681
Demais contas a receber	96	Partes relacionadas 250
Partes relacionadas	967	
Despesas antecipadas	<u>335</u>	Total do passivo circulante 3.607
Total do ativo circulante	<u>8.449</u>	Provisões para demandas judiciais 1.482
		Total do passivo não circulante 1.482
Impostos e contribuições a recuperar	14.847	
Ativo fiscal diferido	17.172	Capital social 49.122
Depósitos judiciais	<u>1.064</u>	Reservas de lucros 143
		Prejuízos acumulados (338)
Total do realizável a longo prazo	<u>33.083</u>	Total do patrimônio líquido 48.927
Imobilizado	11.449	
Intangível	<u>1.035</u>	
Total do ativo não circulante	<u>45.567</u>	
Total do ativo	<u>54.016</u>	Total do passivo e patrimônio líquido 54.016

O patrimônio líquido a valor justo totalizou R\$ 50.770 gerando um ganho de R\$ 1.842 (vide nota explicativa nº 21). A troca de participação de 100% na Tegma Logística Integrada S.A. por 50% de participação na GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (GDL) gerou um ágio no montante de R\$ 16.693 apurado a valor justo, conforme nota explicativa nº 9.

3 Bases para preparação e políticas contábeis significativas

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2020.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia e suas controladas no qual o CPC 06(R2) / IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 3.1 (a).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração das perdas de crédito estimadas;

Nota explicativa nº 9 e 11 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio;

Nota explicativa nº 10 e 11 – definição de vida útil do imobilizado e intangível;

Nota explicativa nº 15 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos;

Nota explicativa nº 14 – reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais;

Nota explicativa nº 26 – reconhecimento e mensuração de arrendamento mercantil;

d. Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas Controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros.

A Companhia e suas Controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Uma equipe de avaliação possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

O método de apuração do valor justo utilizado pela Companhia e suas Controladas consiste em realizar a projeção a valor futuro com base nas condições contratadas e posteriormente calcular a valor presente descontando as curvas estabelecidas em cada contrato.

Para maiores detalhes sobre os níveis de mensuração do valor justo, veja a Nota nº 4 (g).

3.1 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas Controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Já aquelas relacionadas a diferentes aspectos das demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Ressalta-se que políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Mudanças nas principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis, bem como a mensuração de estimativas não sofreram alterações, salvo itens relacionadas ao *IFRS 16/CPC 6 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil* conforme descritos a seguir:

a Novas normas e interpretações adotadas

Para os pronunciamentos e interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 a Companhia e suas Controladas efetuaram sua adoção conforme mencionado a seguir:

IFRS 16/CPC 6 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

A partir de 01 de janeiro de 2019 entrou em vigor o IFRS 16 / CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil que estabeleceu uma nova metodologia de avaliação dos arrendamentos, substituindo o IAS 17 / CPC 06 (R1). A contabilização para os arrendadores permaneceu semelhante à norma anterior, mas um novo modelo foi estabelecido aos arrendatários.

Um arrendamento é identificado caso exista a transmissão do direito de controlar o uso de determinado ativo por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A partir dessa constatação os arrendatários devem mensurar e registrar o contrato de arrendamento em seu balanço patrimonial, sendo o passivo de arrendamento reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo.

Desse modo, o ativo de direito de uso passa a ser amortizado linearmente seguindo as diretrizes do CPC 27 – Ativo imobilizado e o passivo de arrendamento acrescido pela despesa de juros e diminuído pelo pagamento das contraprestações.

A norma prevê isenções na aplicabilidade para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor envolvidos na operação.

Os impactos na adoção da referida norma estão descritos na nota explicativa nº 26 – Arrendamento Mercantil e o método adotado foi o retrospectivo modificado.

IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.

Trata-se de uma interpretação que esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro (imposto de renda e contribuição social) e o tratamento a ser considerado para as incertezas fiscais que podem gerar questionamentos por parte das autoridades tributárias.

Desse modo, a referida interpretação apresenta esclarecimentos em relação ao IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro e não traz novas exigências contábeis.

A Companhia e suas Controladas não apuraram qualquer impacto sobre a aplicabilidade desta interpretação, visto que com base na avaliação da Companhia e suas controladas amparada no suporte dos seus consultores jurídicos, os principais tratamentos na apuração de imposto de renda e contribuição social são prováveis de admissão em eventual sustentação jurídica.

b Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

As normas alteradas e interpretações citadas a seguir, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

c Base de consolidação

(i) *Controladas e investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordos de acionistas, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 2 – Relação de entidades controladas – e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Catlog Logística de Transportes S.A. (“Catlog”) e da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”) consideradas como empreendimentos controlados em conjunto, que tem seu resultado considerado nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos em controladas e controladas em conjuntos estão apresentados na nota explicativa nº 9 – Investimentos.

(ii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

d Moeda estrangeira

(i) *Transações em moeda estrangeira*

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional (Real), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e demais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

e Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas Controladas se tornaram parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao Valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas Controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas Controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas Controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios

em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas Controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas Controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas Controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão

antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota para derivativos designados como instrumentos de <i>hedge</i> .
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia e suas Controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas Controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem

mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas Controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas Controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas Controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas Controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumento financeiro derivativo de *hedge* financeiro para proteção a exposição de risco de taxa de cambio. Esse instrumento financeiro derivativo é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data da contratação e, posteriormente, remensurado pelo valor justo periodicamente, sendo registrados separadamente o objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo. Estes contratos possuem os mesmos prazos.

No início da operação o objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo são documentados conforme a seguir:

- (a) objetivo e descrição do *hedge*;
- (b) a identificação do objeto de *hedge* e a natureza dos riscos protegidos;
- (c) identificação do instrumento financeiro;
- (d) índice de cobertura;
- (e) demonstração da efetividade prospectiva.

Desse modo são categorizados e registrados seguindo os critérios de contabilização de *hedge*. A Companhia possui uma única operação com instrumento financeiro derivativo e enquadra-se na classificação de *hedge* de fluxo de caixa, desse modo seu valor justo é registrado em outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

f *Provisões*

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g *Demonstrações de valor adicionado*

A Companhia e suas Controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4 Gestão de risco financeiro

A gestão de riscos é realizada pela tesouraria central da Companhia, sendo avaliadas e definidas estratégias de proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia e de suas Controladas. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a Risco de mercado - Taxa de câmbio

Em agosto de 2018, a Companhia obteve linha de crédito concedida sob os benefícios da Lei 4.131 referenciados em dólares americanos, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Com o objetivo de se proteger contra as flutuações cambiais, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo (*swap*) com o mesmo valor nocional e vencimentos.

Esse instrumento financeiro designado como *swap* de fluxo de caixa, consiste na troca da variação cambial mais taxa prefixada de 4,89% ao ano, por percentuais relacionados a variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais taxa prefixada 0,89% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta a seguinte exposição líquida a variação cambial, denominada em dólares norte-americanos (valores abaixo denominados em reais):

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira (nota explicativa nº 12)	57.220
Instrumentos financeiros derivativos - swap ponta ativa (i)	(57.220)
Exposição cambial, líquida	<u>-</u>

(i) Não inclui o valor justo do *swap*.

A Companhia e suas Controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação.

b Risco de mercado - Taxa básica de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas Controladas decorre de empréstimos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Os empréstimos que foram emitidos e referenciados em dólares americanos, mas que foram objeto de contratação de instrumento derivativo visando proteger contra flutuações cambiais, também passaram a estar expostos a taxa de juros locais.

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas Controladas é representado pela exposição à variação do CDI. A seguir está demonstrada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à essas variações:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira(nota explicativa nº 12)	(57.220)	(52.102)	(57.220)	(52.102)
Empréstimos e financiamentos - moeda local(nota explicativa nº 12)	(33.802)	(10.015)	(33.802)	(10.015)
Instrumento financeiros derivativos	3.748	2.086	3.748	2.086
Instrumento financeiros derivativos - valor justo	(9)	(472)	(9)	(472)
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(50.135)	(98.083)	(50.135)	(98.083)
Equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	35.694	74.400	65.963	82.206
Exposição líquida	(101.724)	(84.186)	(71.455)	(76.380)

c Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras são aceitos somente títulos de entidades independentes classificadas com “*rating*” mínimo "A" na escala *Standard & Poor's*, ou o equivalente nas demais agências de risco. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais de clientes são determinados com base em classificações internas. As práticas de gestão de risco de crédito incluindo métodos e premissas estão descritas na nota explicativa nº 6. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A exposição da Companhia está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	36.764	75.713	67.332	83.542
Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6)	220.464	195.543	261.173	226.227
Total	257.228	271.256	328.505	309.769

d Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e de suas Controladas e consolidada pela tesouraria.

Através dessa previsão a tesouraria monitora a disponibilidade de caixa para atender as necessidades operacionais e financeiras da Companhia e de suas Controladas, mantendo e contratando linhas de crédito disponíveis em níveis adequados.

O excesso de caixa é investido em operações financeiras conservadoras e com liquidez de curtíssimo prazo para fazer face às previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir ilustra os passivos financeiros e operações de derivativos da Companhia e de suas Controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são fluxos de caixas não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos

de compensação:

	Controladora				
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 6 anos
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12)	91.022	99.014	64.886	1.654	32.474
Debêntures (nota explicativa nº 12)	50.135	53.574	27.583	25.991	-
Fornecedores e fretes a pagar	33.452	33.452	33.452	-	-
Demais contas a pagar (nota explicativa nº 16)	23.585	23.585	23.585	-	-
Instrumento financeiros derivativos	(3.739)	(3.739)	(3.739)	-	-
Partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	690	690	148	542	-
Em 31 de dezembro de 2019	195.145	206.576	145.915	28.187	32.474

	Consolidado				
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 6 anos
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12)	91.022	99.014	64.886	1.654	32.474
Debêntures (nota explicativa nº 12)	50.135	53.574	27.583	25.991	-
Fornecedores e fretes a pagar	36.312	36.312	36.312	-	-
Demais contas a pagar (nota explicativa nº 16)	29.637	29.637	29.637	-	-
Instrumento financeiros derivativos	(3.739)	(3.739)	(3.739)	-	-
Partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	614	614	72	542	-
Em 31 de dezembro de 2019	203.981	215.412	154.751	28.187	32.474

e Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas Controladas. Considerando que o valor aplicado e todas as dívidas da Companhia (Empréstimos e Financiamentos e Debêntures) estão atreladas ao CDI (4,40% a.a. em dezembro de 2019), esse indexador seria a única variável de risco existente. De acordo com a avaliação efetuada pela Administração o cenário mais provável (Cenário I) apresenta os impactos no horizonte de um ano considerando a manutenção do CDI.

Adicionalmente, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº. 475/08, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar os impactos de um aumento de 25% e 50% na variável de risco considerada. São eles os Cenários II e III respectivamente.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido com base na CDI (4,4% a.a em dezembro de 2019) na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

	Controladora			Consolidado		
	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) 25%	Cenário Remoto (III) 50%	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) 25%	Cenário Remoto (III) 50%
Aplicações Financeiras	1.574	1.967	2.360	2.892	3.615	4.338
Receitas	1.574	1.967	2.360	2.892	3.615	4.338
NCE Safra	(236)	(272)	(309)	(236)	(272)	(309)
NCE Bradesco	(1.688)	(2.023)	(2.358)	(1.688)	(2.023)	(2.358)
4131 Itaú	(2.829)	(3.417)	(4.005)	(2.829)	(3.417)	(4.005)
Debentures II	(3.209)	(3.760)	(4.312)	(3.209)	(3.760)	(4.312)
Despesas	(7.962)	(9.472)	(10.984)	(7.962)	(9.472)	(10.984)
Efeito Líquido no resultado / Patrimônio Líquido	(6.388)	(7.505)	(8.624)	(5.070)	(5.857)	(6.646)

f Gestão de capital

A Companhia e suas Controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e adicionado ou subtraído do saldo de “*swap*”. Já o capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos e financiamentos – nota explicativa nº 12	91.022	62.117	91.022	62.117
Debêntures – nota explicativa nº 12	50.135	98.083	50.135	98.083
Instrumentos financeiros derivativos	(3.739)	(1.614)	(3.739)	(1.614)
Caixa e equivalentes de caixa – nota explicativa nº 5	(36.764)	(75.713)	(67.332)	(83.542)
Dívida líquida	100.654	82.873	70.086	75.044
Total do patrimônio líquido	575.079	484.372	575.079	484.372
Total do capital	675.733	567.245	645.165	559.416
Índice de alavancagem financeira	15%	15%	11%	13%

g Classificação dos instrumentos financeiros

O CPC 40 (R1) (IFRS 7) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado.

Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

A metodologia aplicada para cálculo do valor justo é levar a valor futuro pela curva do CDI considerando o percentual do indexador contratado e depois trazer a valor presente descontando por 100% da curva do CDI, já em moeda estrangeira levar a valor futuro pela taxa Pré contratada e trazemos a valor presente descontando pela curva de Cupom Sujo convertendo pela PTAX de D-1 da data de cálculo.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos classificados em outras categorias além das informadas.

	Controladora			Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo
Em 31 dezembro de 2019						
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras – nota explicativa nº 5	35.694	35.694	Nível 2	65.963	65.963	Nível 2
Instrumento financeiro designado para hedge						
Instrumentos financeiros derivativos (i)	3.739	3.739	Nível 2	3.739	3.739	Nível 2
Ativos pelo custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa – nota explicativa nº 5	1.070	1.070	Nível 1	1.369	1.369	Nível 1
Contas a receber de clientes – nota explicativa nº 6	220.464	220.464	Nível 2	261.173	261.173	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	1.999	1.999	Nível 2	4.399	4.399	Nível 2
Demais contas a receber (ii) – nota explicativa nº 7	1.210	1.210	Nível 2	2.769	2.769	Nível 2
	264.176	264.176		339.412	339.412	
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Debêntures – nota explicativa nº 12	50.135	51.190	Nível 2	50.135	51.190	Nível 2
Empréstimos e financiamentos – nota explicativa nº 12	91.022	92.358	Nível 2	91.022	92.358	Nível 2
Fornecedores e fretes a pagar	33.452	33.452	Nível 2	36.312	36.312	Nível 2
Demais contas a pagar – nota explicativa nº 16	23.585	23.585	Nível 2	29.637	29.637	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	690	690	Nível 2	614	614	Nível 2
	198.884	201.275		207.720	210.111	

- (i) A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição as variações cambiais, decorrente do contrato de empréstimo modalidade 4131.
- (ii) Não incluem valores referente aos adiantamentos a funcionários e fornecedores.

	Controladora			Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo
Em 31 dezembro de 2018						
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras – nota explicativa nº 5	74.400	74.400	Nível 2	82.206	82.206	Nível 2
Instrumento financeiro designado para hedge						
Instrumentos financeiros derivativos (i)	1.614	1.614	Nível 2	1.614	1.614	Nível 2
Ativos pelo custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa – nota explicativa nº 5	1.313	1.313	Nível 1	1.336	1.336	Nível 1
Contas a receber de clientes – nota explicativa nº 6	195.543	195.543	Nível 2	226.227	226.227	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	19.808	19.808	Nível 2	19.752	19.752	Nível 2
Demais contas a receber (ii) – nota explicativa nº 7	542	542	Nível 2	6.747	6.747	Nível 2
	293.220	293.220		337.882	337.882	
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Debêntures – nota explicativa nº 12	98.083	100.159	Nível 2	98.083	100.159	Nível 2
Empréstimos e financiamentos – nota explicativa nº 12	62.117	61.395	Nível 2	62.117	61.395	Nível 2
Fornecedores e fretes a pagar	32.774	32.774	Nível 2	36.898	36.898	Nível 2
Demais contas a pagar – nota explicativa nº 16	21.994	21.994	Nível 2	30.863	30.863	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	9.827	9.827	Nível 2	4.269	4.269	Nível 2
	224.795	226.149		232.230	233.584	

(i) A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição as variações cambiais, decorrente do contrato de empréstimo modalidade 4131.

(ii) Não incluem valores referente aos adiantamentos a funcionários e fornecedores.

h *Hedge accounting*

A operação de *hedge* da Companhia tem como objetivo proteger fluxos de caixas referenciados em dólares americanos advindo do empréstimo em moeda estrangeira (conforme nota explicativa nº 12) uma vez que praticamente toda a operação da Companhia está referenciada à moeda local.

Desse modo, a transação enquadra-se na classificação de *hedge* de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização conforme CPC 48 - Instrumentos financeiros.

O objetivo do *hedge accounting* (assim entendido como a política de contabilização do *hedge* adotado) é de afetar o resultado da Companhia apenas pelas taxas de juros locais às quais ela está exposta, considerando apenas o efeito líquido do *hedge* contratado.

O contrato vigente em 31 de dezembro de 2019 é o seguinte:

Instrumento	Tipo de instrumento financeiro	Operação	Valor nocional	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa contratada
Contrato de <i>swap</i>	<i>Hedge de fluxo de caixa</i>	<i>Swap</i> USD X CDI	USD 13.441	08/2020	Variação cambial + 4,89%	CDI +0,89%

Os saldos em aberto estão apresentados a seguir:

Descrição	Valor principal (nocional)	Valor da curva	Valor justo	Ganho (perda) de ajuste a valor justo
<i>Contrato de swap</i>				
Ponta ativa:				
Posição comprada dólar	50.000	57.220	57.472	252
Ponta passiva:				
Posição vendida no CDI	(50.000)	(53.472)	(53.733)	(261)
Total instrumento financeiro líquido	-	3.748	3.739	(9)

De acordo com as práticas contábeis aplicáveis, o ajuste ao valor justo apurado para o instrumento financeiro foi de R\$ 9 (R\$ 6, líquido do efeito fiscal) e encontra-se registrado em outros resultados abrangentes (patrimônio líquido). Vale destacar que a operação de *hedge* atual se encontra totalmente vinculada, inclusive contratualmente, ao empréstimo contratado na modalidade resolução 4131, não podendo ser desfeito individualmente.

5 **Caixa e equivalentes de caixa**

Política contábil

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos da Companhia e de suas Controladas, e não constituem um investimento visando auferir ganhos. Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Recursos em banco e em caixa	1.070	1.313	1.369	1.336
Aplicações financeiras	35.694	74.400	65.963	82.206
Total	36.764	75.713	67.332	83.542

As aplicações financeiras são de curto prazo, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão representadas por operações com liquidez imediata, com remuneração pactuada entre 96,5% a 101,0% para os prazos estabelecidos em dezembro de 2019 (96,5% a 100,8% em dezembro 2018) da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A Companhia adota uma gestão de caixa centralizada na Controladora, apesar do caixa consolidado ser distribuído entre suas Controladas.

A exposição da Companhia e suas Controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa nº 4.

6 Contas a receber de clientes

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de suas Controladas. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo dos serviços, deduzidas as perdas estimadas quando requerida.

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade do crédito do ativo financeiro é considerada deteriorada.

A Companhia e suas Controladas consideram nas suas avaliações a abordagem de perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes para constituição de perda estimada, com base no histórico de perdas incorridas e a expectativa de continuidade de seus clientes.

As perdas esperadas são reconhecidas com base nas contas a receber em atraso (*aging*) levando-se em conta o histórico de perdas da Tegma. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias são integralmente provisionados. Nesta avaliação são excluídos os clientes que não possuem histórico de perdas. Esses clientes referem-se substancialmente ao setor automotivo.

Caso o valor originalmente provisionado seja recebido, a Companhia efetua uma reversão da perda estimada. Quando não há expectativa de recebimento dos valores, a Companhia reconhece a perda efetiva dos títulos, revertendo igualmente a provisão constituída.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber da venda de serviços:				
No Brasil	220.639	195.622	261.395	229.165
Contas a receber no Brasil	220.639	195.622	261.395	229.165
Perda estimada	(175)	(79)	(222)	(2.938)
Total	220.464	195.543	261.173	226.227

Em 31 de dezembro de 2019 o prazo médio de recebimento é de aproximadamente 49 dias para a Controladora e 51 dias para o Consolidado (44 dias para a Controladora e 46 dias para o Consolidado em dezembro de 2018).

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Títulos a vencer	205.527	175.971	244.762	205.673
Títulos vencidos até 30 dias	13.585	18.512	14.770	19.440
Títulos vencidos de 31 até 90 dias	699	419	988	452
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	113	293	113	838
Títulos vencidos há mais de 181 dias	715	427	762	2.762
Total	220.639	195.622	261.395	229.165

A movimentação da perda estimada da Companhia e de suas Controladas é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	(79)	(111)	(2.938)	(1.968)
Adições	(340)	(162)	(402)	(2.238)
Reversões	244	194	2.511	1.142
Reestruturação societária - efeito formação JV (i)	-	-	-	126
Outros (ii)	-	-	607	-
Saldo final	(175)	(79)	(222)	(2.938)

(i) Saldo em 31 de janeiro de 2018 pertencente a Tegma Logística Integrada S.A., que foi objeto da formação de *joint venture* em fevereiro de 2018, conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (iii).

(ii) Refere-se a reclassificação de contas a receber de acordo com negociação junto ao cliente.

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas Controladas não mantêm nenhum título como garantia.

7 Demais contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo indenizatório (i)	527	465	1.832	5.970
Adiantamento a fornecedores	2.099	3.072	3.719	4.330
Adiantamento funcionários	1.831	2.180	2.031	2.368
Recuperação de despesas a receber	39	-	39	-
Sinistros a recuperar	4	77	105	77
Outros créditos	640	-	793	-
	5.140	5.794	8.519	12.745
Circulante	4.613	5.329	6.687	6.775
Não circulante	527	465	1.832	5.970
Total	5.140	5.794	8.519	12.745

- (i) Trata-se de provisão para ressarcimento de contingências cíveis, adicionalmente registramos uma “provisão de demandas judiciais” no mesmo montante, não tendo efeito no resultado. Em agosto de 2019 o montante de R\$ 5.074 foi recebido, por conseguinte sua provisão foi revertida.

8 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
PIS e COFINS (i)	103.993	9.993	105.685	11.333
INSS a recuperar	6.639	6.413	10.104	9.826
IRRF sobre aplicações financeiras	44	51	124	91
Outros	33	173	56	174
	110.709	16.630	115.969	21.424
Circulante	104.325	10.477	106.280	12.007
Não circulante	6.384	6.153	9.689	9.417
Total	110.709	16.630	115.969	21.424

- (i) Em 15 de julho de 2019, foi constatado o trânsito em julgado de ação própria da Tegma Gestão Logística que reconheceu o direito da Companhia em realizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, retroagindo a agosto de 2003. Por meio de um levantamento de documentos e cálculos ocorridos a partir da constatação do trânsito em julgado, a Controladora apurou um crédito de R\$ 103.406 (referente ao período de agosto de 2003 a novembro de 2018) decorrente da exclusão do ICMS em suas apurações de PIS e COFINS, já atualizado pela SELIC. Os créditos do período de março de 2017 a novembro de 2018 já haviam sido reconhecidos em dezembro de 2018. Em setembro de 2019 a Controladora registrou o saldo restante, ou seja, os créditos referentes ao período de agosto de 2003 a fevereiro de 2017. O valor desse crédito em dezembro de 2019 é de R\$ 92.136 sendo R\$ 56.475 principal e R\$ 35.661 de atualização monetária. A Controladora realizou a habilitação dos créditos junto à Receita Federal do Brasil para fins de possuir o direito de compensar esses valores com tributos federais devidos e o deferimento do pedido ocorreu em dezembro de 2019. Vale destacar que, desde dezembro de 2018 a Companhia passou a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS da sua apuração.

Os valores de impostos a recuperar foram gerados pela própria operação da Companhia e suas Controladas e serão compensados com débitos futuros da mesma natureza, dessa forma, os valores estão apresentados a valores de realização.

9 Investimentos

Controladas e Controladas em conjunto

	Controladora					
	2019			2018		
	Investimento	Ágio líquido	Total	Investimento	Ágio líquido	Total
Controladas						
Tegma Cargas Especiais Ltda. (TCE)	53.257	6.364	59.621	33.533	6.364	39.897
Tegma Logística de Armazéns Ltda. (TLA)	23.423	-	23.423	26.099	-	26.099
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. (Niyati)	107.579	-	107.579	76.452	-	76.452
Tech Cargo Plataforma de Transportes Ltda (Tech Cargo)	1	-	1	-	-	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. (Tegmax)	2.664	-	2.664	2.640	-	2.640
Tegma Logística de Veículos Ltda. (TLV)	14.752	-	14.752	15.248	-	15.248
Tegup Inovação e Tecnologia Ltda. (“Tegup”)	4.517	-	4.517	1.448	-	1.448
	206.193	6.364	212.557	155.420	6.364	161.784
Empreendimentos controlados em conjunto						
Catlog Logística de Transportes S.A. (Catlog)	493	-	493	1.413	-	1.413
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”)	21.157	16.693	37.850	17.838	16.693	34.531
	21.650	16.693	38.343	19.251	16.693	35.944
Total de investimento controladora	227.843	23.057	250.900	174.671	23.057	197.728

	Consolidado					
	2019			2018		
	Investimento	Ágio líquido	Total	Investimento	Ágio líquido	Total
Empreendimentos controlados em conjunto						
Catlog Logística de Transportes S.A. (Catlog)	493	-	493	1.413	-	1.413
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”)	21.157	16.693	37.850	17.838	16.693	34.531
	21.650	16.693	38.343	19.251	16.693	35.944

Movimentação dos investimentos

	Controladora										
	TCE	TLI	Tech Cargo	TLA	Niyati	Tegmax	TLV	Tegup	Catlog (i)	GDL	Total
Em 01 de janeiro de 2018	115.250	45.993	-	22.236	64.203	8.319	22.864	-	1.978	-	280.843
Equivalência patrimonial	5.219	(338)	-	(1.388)	1.979	134	(1.616)	47	170	201	4.408
Aumento (redução) de capital	(64.000)	5.800	-	5.251	11.349	(5.500)	(6.000)	1.400	(491)	-	(52.191)
Constituição de controlada	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Reestruturação societária (ii)	-	(48.927)	-	-	-	-	-	-	-	17.637	(31.290)
Dividendos	(16.572)	-	-	-	(1.079)	(313)	-	-	(244)	-	(18.208)
Constituição/baixa ágio (GDL-TLI) (ii)	-	(2.528)	-	-	-	-	-	-	-	16.693	14.165
Em 31 de dezembro de 2018	39.897	-	-	26.099	76.452	2.640	15.248	1.448	1.413	34.531	197.728
Equivalência patrimonial	18.704	-	-	(2.676)	2.596	24	(496)	(133)	(333)	3.319	21.005
Aumento (Redução) de capital (iii)	1.020	-	-	-	28.531	-	-	3.202	(320)	-	32.433
Constituição de controlada	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Dividendos (iv)	-	-	-	-	-	-	-	-	(267)	-	(267)
Em 31 de dezembro de 2019	59.621	-	1	23.423	107.579	2.664	14.752	4.517	493	37.850	250.900

- (i) Desde janeiro de 2015 a investida Catlog mantém-se inativa operacionalmente. A retomada das atividades pode ser reconsiderada caso julgado conveniente pela Companhia.
- (ii) Reconhecimento da parcela acionária e ágio da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (GDL) e baixa da participação e ágios na antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A. (TLI), conforme descrito na nota explicativa nº 2, item (iii).
- (iii) Inclui montante de R\$ 14.074 integralizado na controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. por meio de ativos, conforme nota explicativa nº 10.
- (iv) Os dividendos recebidos estão sendo apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

Tegma Gestão Logística S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Consolidado		
	Catlog	GDL	Total
Em 01 de janeiro de 2018	1.978	-	1.978
Equivalência patrimonial	170	201	371
Participação societária	-	17.637	17.637
Dividendos	(244)	-	(244)
Redução de capital	(491)	-	(491)
Em 31 de dezembro de 2018	1.413	17.838	19.251
Em 01 de janeiro de 2019	1.413	17.838	19.251
Equivalência patrimonial	(333)	3.319	2.986
Dividendos	(267)	-	(267)
Redução de capital	(320)	-	(320)
Em 31 de dezembro de 2019	493	21.157	21.650

Participação da Companhia nos resultados das Controladas diretas, todas Companhias de capital fechado ou limitadas, como também no total de seus ativos e passivos:

	TCE	TLI	TLA	Niyati	Tegmax	TLV	Tegup	Tech cargo
Saldos em 31 de dezembro de 2019								
Ativo	75.911	-	39.365	107.807	2.827	23.956	4.525	1
Passivo	22.654	-	15.942	228	163	9.204	8	-
Patrimônio líquido	53.257	-	23.423	107.579	2.664	14.752	4.517	1
Receita líquida	83.993	-	32.165	4.776	-	49.416	25	-
Lucro/ (Prejuízo)	18.704	-	(2.676)	2.596	24	(496)	(133)	-
 Saldos em 31 de dezembro de 2018								
Ativo	53.384	-	32.552	78.440	2.731	16.967	1451	-
Passivo	19.851	-	6.453	1.988	91	1.719	3	-
Patrimônio líquido	33.533	-	26.099	76.452	2.640	15.248	1448	-
Receita líquida	75.975	2.333	39.318	3.606	77	-	47	-
Lucro/ (Prejuízo)	5.219	(338)	(1.388)	1.979	134	(1.616)	47	-

A seguir apresentamos os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado (100%) das sociedades sobre controle comum:

	Catlog		GDL	
	2019	2018	2019	2018
Ativo				
Circulante	1.263	3.282	32.348	19.439
Não circulante	654	615	20.290	37.156
Imobilizado	-	-	9.274	14.028
Intangível	-	-	1.154	1.939
Direito de uso	-	-	40	-
	1.917	3.897	63.106	72.562
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	18	236	10.626	16.339
Não circulante	893	777	10.166	20.546
Patrimônio líquido	1.006	2.884	42.314	35.677
	1.917	3.897	63.106	72.562

	Catlog		GDL	
	2019	2018	2019	2018
Resultado do exercício				
Receita líquida	-	-	71.738	52.126
Custo dos serviços prestados	-	-	(57.260)	(45.907)
Despesas gerais e administrativas	(279)	(311)	(8.698)	(5.340)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	130	284	(1.692)	706
Outras (despesas) receitas, líquidas	(527)	374	5.932	(1.393)
Imposto de renda e contribuição social	(4)	-	(3.382)	210
Lucro (prejuízo) do exercício	(680)	347	6.638	402

10 Imobilizado

Política contábil

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui, quando aplicável, os custos de financiamento relacionados com a construção de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e os seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Média % anual
Edifícios	4,00%
Computadores e periféricos	20,00%
Instalações	10,00%
Veículos	10,42%
Máquinas e equipamentos/ferramentas	11,12%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	5%
Móveis e utensílios e embalagens e outros	20,44%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas líquidas" na demonstração do resultado.

Movimentação do Imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos/ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios e embalagens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 01 de janeiro de 2018	16.348	41.741	1.809	2.032	28.223	2.756	5.233	11.301	164	109.607
Movimentações										
Aquisições	-	234	1.087	840	1.305	624	1.394	2.631	543	8.658
Alienações	-	-	-	-	(744)	-	-	(12)	-	(756)
Depreciação	-	(3.926)	(871)	(303)	(4.745)	(662)	(2.849)	(4.844)	-	(18.200)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	16.348	38.049	2.025	2.569	24.039	2.718	3.778	9.076	707	99.309
Saldos em 31 de dezembro de 2018										
Custo	16.348	49.434	12.920	4.765	61.488	10.634	51.545	25.923	707	233.764
Depreciação acumulada	-	(11.385)	(10.895)	(2.196)	(37.449)	(7.916)	(47.767)	(16.847)	-	(134.455)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	16.348	38.049	2.025	2.569	24.039	2.718	3.778	9.076	707	99.309
Movimentações										
Aquisições	-	37	988	1.167	6.590	824	1.383	4.707	116	15.812
Alienações	-	-	-	(8)	(1.914)	-	-	(13)	-	(1.935)
Transferências	-	-	12	-	-	172	422	18	(624)	-
Depreciação	-	(1.928)	(886)	(416)	(3.931)	(684)	(1.879)	(3.985)	-	(13.709)
Baixa por integralização de capital em controlada (iii)	(4.919)	(9.155)	-	-	-	-	-	-	-	(14.074)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	11.429	27.003	2.139	3.312	24.784	3.030	3.704	9.803	199	85.403
Saldos em 31 de dezembro de 2019										
Custo	11.429	34.567	13.693	5.920	62.374	11.630	53.350	29.941	199	223.103
Depreciação acumulada	-	(7.564)	(11.554)	(2.608)	(37.590)	(8.600)	(49.646)	(20.138)	-	(137.700)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019 (iv)	11.429	27.003	2.139	3.312	24.784	3.030	3.704	9.803	199	85.403

- (i) As adições em móveis, utensílios, embalagens e outros no exercício findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão logística industrial).
- (ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras e benfeitorias em curso.
- (iii) Montante referente a integralização de capital na controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda por meio de ativos.

Tegma Gestão Logística S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Consolidado									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos/ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis e utensílios e embalagens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 01 de janeiro de 2018	50.607	67.792	3.860	11.213	40.501	6.914	15.812	12.860	541	210.100
Movimentações										
Aquisições	9.466	231	1.218	2.493	2.186	941	2.552	2.691	8.060	29.838
Alienações	-	-	-	(693)	(852)	(23)	(130)	(25)	-	(1.723)
Transferências	-	-	-	-	(2)	-	2	-	-	-
Depreciação	-	(5.026)	(1.543)	(1.403)	(5.610)	(1.211)	(4.738)	(5.069)	-	(24.600)
Outros (iii)	-	-	(442)	(2.842)	(70)	(1.953)	(5.833)	(309)	-	(11.449)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	60.073	62.997	3.093	8.768	36.153	4.668	7.665	10.148	8.601	202.166
Saldos em 31 de dezembro de 2018										
Custo	60.073	76.937	18.952	17.715	84.294	17.290	72.455	28.271	8.601	384.588
Depreciação acumulada	-	(13.940)	(15.859)	(8.947)	(48.141)	(12.622)	(64.790)	(18.123)	-	(182.422)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	60.073	62.997	3.093	8.768	36.153	4.668	7.665	10.148	8.601	202.166
Movimentações										
Aquisições	4.932	4.482	1.020	1.697	10.237	1.080	1.844	4.743	1.773	31.808
Alienações	(656)	-	(27)	(1.417)	(1.988)	(92)	(24)	(111)	-	(4.315)
Transferências	-	7.656	12	1.395	55	177	418	23	(9.736)	-
Depreciação	-	(3.384)	(1.409)	(1.521)	(5.229)	(1.216)	(3.672)	(4.195)	-	(20.626)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	64.349	71.751	2.689	8.922	39.228	4.617	6.231	10.608	638	209.033
Saldos em 31 de dezembro de 2019										
Custo	64.349	83.325	19.267	15.310	88.693	18.046	72.075	32.071	638	393.774
Depreciação acumulada	-	(11.574)	(16.578)	(6.388)	(49.465)	(13.429)	(65.844)	(21.463)	-	(184.741)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019 (iv)	64.349	71.751	2.689	8.922	39.228	4.617	6.231	10.608	638	209.033

- (i) As adições em móveis, utensílios, embalagens e outros no exercício findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão logística industrial).
- (ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras e benfeitorias em curso.
- (iii) Saldos em 31 de janeiro de 2018 pertencentes à Tegma Logística Integrada S.A, que foi objeto da formação de *joint venture* em fevereiro de 2018, conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (iii).

Os montantes de depreciação e amortização foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Depreciação	(13.709)	(18.200)	(20.626)	(24.600)
Amortização	(4.798)	(4.148)	(5.184)	(4.690)
Total	(18.507)	(22.348)	(25.810)	(29.290)

Os montantes de depreciação e amortização segregados entre custos e despesas foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo dos serviços prestados	(14.924)	(19.201)	(22.012)	(25.873)
Despesas gerais e administrativas	(3.583)	(3.147)	(3.798)	(3.417)
Total	(18.507)	(22.348)	(25.810)	(29.290)

11 Intangível

Política contábil

Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio (“*goodwill*”) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida, sendo registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (“*impairment*”) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Licenças de software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e suas Controladas, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de reconhecimento são atendidos. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Tegma Gestão Logística S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 dezembro de 2019 e 2018

	Controladora						
	2017	Adição	Amortização	2018	Adição	Amortização	2019
Software	10.359	5.143	(4.148)	11.354	4.178	(4.798)	10.734
Ágio pago na aquisição de investimentos							
Nortev	120.877	-	-	120.877	-	-	120.877
Boni Amazon	32.791	-	-	32.791	-	-	32.791
	164.027	5.143	(4.148)	165.022	4.178	(4.798)	164.402

	Consolidado								
	2017	Adição	Amortização	Outros (i)	2018	Adição	Amortização	Baixa	2019
Software	12.568	5.601	(4.690)	(1.057)	12.422	4.197	(5.184)	(21)	11.414
Ágio pago na aquisição de investimentos									
Nortev	120.877	-	-	-	120.877	-	-	-	120.877
Boni Amazon	32.791	-	-	-	32.791	-	-	-	32.791
Tegma Logística Integrada S.A.	2.491	-	-	(2.491)	-	-	-	-	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	6.364	-	-	-	6.364	-	-	-	6.364
PDI comércio, Indústria e Serviços Ltda.	36	-	-	(36)	-	-	-	-	-
	162.559	-	-	(2.527)	160.032	-	-	-	160.032
Líquido	175.127	22.294	(4.690)	(3.584)	172.454	4.197	(5.184)	(21)	171.446

- (i) Inclui saldo de R\$ 2.527 de ágios baixados por conta da reestruturação societária ocorrida na Tegma Logística Integrada S.A., e saldo de R\$ 1.036 de software contribuído para formação de *joint venture* em fevereiro de 2018, conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (iii).

Testes por redução ao valor recuperável (*impairment*)

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com o segmento operacional. Os testes do ágio para verificação de *impairment* foram efetuados para os seguintes investimentos considerados relevantes:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Nortev (automotivo)	120.877	120.877
TCE/Boni Amazon (logística integrada)	39.155	39.155
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A	16.693	16.693

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são as que seguem:

	2019	2018
PIB (i)	2,50%	2,50%
Inflação anual (ii)	3,80%	3,90%
Crescimento perpetuidade (iii)	2,50%	2,50%
Taxa de desconto (iv)	10,05%	8,95%
Taxa de desconto (v)	10,95%	12,18%

- (i) Média de projeção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para os próximos 10 anos, conforme informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil;
- (ii) Média de projeção do crescimento do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) para os próximos 10 anos, conforme projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil;
- (iii) Taxa de crescimento baseada nas projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB);
- (iv) Taxa de desconto apurada conforme avaliação de custo de capital da companhia (Nortev e TCE/Boni).
- (v) Taxa de desconto apurada conforme avaliação de custo de capital da companhia (GDL).

O valor a recuperar calculado com base no valor em uso, das três UGCs, foi superior ao valor contábil, mesmo considerando em cenário com a taxa de desconto aumentando de 1 p.p. e a taxa de crescimento na perpetuidade reduzindo 1 p.p. para as três UGCs. Nesse sentido, não houve necessidade de reconhecimento de perda por *impairment* no ano de 2019.

A Companhia revisa os testes de ágio anualmente.

12 Empréstimos e financiamentos

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas Controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Empréstimos e financiamentos - moeda local NCE - Nota de crédito de exportação (a.i)	33.802	10.015
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira Resolução 4131 (a.ii)	57.220	52.102
Total dos empréstimos e financiamentos	91.022	62.117
(-) Circulante	61.022	6.703
Não circulante	30.000	55.414
Debêntures (b)		
Total de debêntures	50.135	98.083
(-) Circulante	25.130	48.073
Não circulante	25.005	50.010
Empréstimos e financiamentos	141.157	160.200
Instrumentos financeiros derivativos - swap (ativo)	(3.739)	(1.614)
(-) Circulante (i)	(3.739)	-
Não circulante	-	(1.614)
Empréstimos e financiamentos líquido de swap	137.418	158.586

(i) Inclui valor justo sobre o *swap* no montante de R\$ 9, conforme nota explicativa nº 4 item h.

a. Empréstimos bancários

(i) NCE – Nota de crédito de exportação

Em junho de 2017, a Companhia, firmou dois contratos de empréstimos na modalidade NCE sem garantias reais. O primeiro foi firmado com o Banco do Brasil S.A no montante de R\$ 40.000, com vencimento do principal em junho de 2019 e amortização mensal de juros. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 2% ao ano (com *flat fee* de 1,15%, pago na contratação do empréstimo). Em agosto de 2018 esse contrato foi quitado antecipadamente.

O segundo contrato firmado nessa data foi com o Banco Safra S.A., no montante de R\$ 10.000, com vencimento do principal em 3 parcelas iguais, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em junho de 2019, o segundo em dezembro de 2019 e a última parcela vencerá junho de 2020. Os pagamentos de juros são semestrais à partir de dezembro de 2017. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 2,65% ao ano (sem *flat fee*). A taxa de juros desse contrato em dezembro de 2019 é de 7,05% ao ano (9,05% em dezembro de 2018).

Em março de 2019, a Companhia, firmou contrato com o Banco Bradesco S.A., também sem garantia real, no montante de R\$ 30.000, com vencimentos do principal em 3 parcelas iguais (março de 2022, março de 2023 e abril 2024) e pagamentos de juros semestrais à partir de setembro de 2019.

A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 1,14 % ao ano. A taxa de juros desse contrato em dezembro de 2019 é de 5,54% ao ano.

A Companhia não possui nenhuma cláusula restritiva (*covenants*) para as duas NCEs ainda vigentes.

(ii) Resolução 4131

Em agosto de 2018 a Companhia firmou contrato de empréstimos em dólares americanos no montante de US\$ 13.441, equivalente a R\$ 50.000, na data da transação, com o agente financiador Itaú BBA Internacional PLC, sem garantias reais atreladas, com pagamento do principal no final do contrato em agosto de 2020 e juros em dezembro de 2018, fevereiro de 2020 e agosto de 2020.

Para proteção cambial do empréstimo a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo, *swap* de fluxo de caixa, com Itaú Unibanco S.A. no mesmo montante e vencimentos, trocando a exposição da variação da moeda US\$ mais taxa prefixada de 4,89% ao ano, pela variação do CDI mais 0,89 % ao ano, e com isso, cedendo os direitos creditórios da operação de *swap* como garantia ao credor do empréstimo em dólares americanos.

Em dezembro de 2019, a taxa de juros desse contrato é de 5,29% ao ano (7,29% em dezembro 2018). Essa operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA ⁽¹⁾ igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

⁽¹⁾ LAJIDA - resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

b. Debêntures

Em 2013, a Companhia emitiu debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, e da espécie quirografária. Os recursos líquidos obtidos são integralmente destinados a negócios de gestão ordinária da Companhia, como pagamento de dívidas já contraídas pela Companhia e reforço do caixa.

As debêntures têm como característica o pagamento de juros semestrais. Na 1ª emissão, os juros tinham previsão de pagamento nos dias 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano. Já na 2ª emissão, a previsão era de pagamento dos juros nos dias 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano.

O valor nominal das debêntures da 1ª emissão, emitidas em duas séries, já foi totalmente amortizado. Na primeira série as amortizações ocorreram em 15 de fevereiro de 2016 (33,33%), 15 de fevereiro de 2017 (33,33%) e 15 de fevereiro de 2018 (33,34%); já na segunda série, as amortizações foram em 15 de fevereiro de 2017 (33,33%), 15 de fevereiro de 2018 (33,33%) e 15 de fevereiro de 2019 (33,34%).

Na 2ª emissão, também emitidas em duas séries, para ambas as séries a primeira amortização ocorreu em 15 de dezembro de 2016 (33,33%) e a segunda amortização, prevista originalmente para 15 de dezembro de 2017, ocorreu de forma antecipada em 28 de setembro de 2017 (33,33%). Com relação a última parcela prevista originalmente para 15 de dezembro de 2018, houve uma repactuação, e o valor correspondente a 33,34 % da emissão, foi prorrogado na proporção de 50 % para 31 de julho de 2020 e 50 % para 31 de julho de 2021, conforme aprovação por assembleia geral dos debenturistas realizada em 25 de setembro de 2017. A taxa de juros negociada nessa repactuação foi de CDI do período mais 2% ao ano. A taxa de juros desse contrato em dezembro de 2019 é de 6,4% ao ano (8,4% em dezembro de 2018).

Tegma Gestão Logística S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 dezembro de 2019 e 2018

Série	Tipo	Valor emissão	Debêntures em circulação	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário	Controladora e Consolidado	
				Emissão	Vencimento			2019	2018
1ª emissão - 2ª série	Simples	140.000	14.000	15/02/2013	15/02/2019	DI + 0,97%	10	-	47.927
2ª emissão - 1ª série	Simples	80.000	8.000	15/12/2013	31/07/2021	DI + 2,00%	10	26.739	26.750
2ª emissão - 2ª série	Simples	70.000	7.000	15/12/2013	31/07/2021	DI + 2,00%	10	23.396	23.406
Circulante								25.130	48.073
Não circulante								25.005	50.010

As emissões de debêntures também estão sujeitas à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA⁽¹⁾ igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

As parcelas vencíveis do não circulante, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
13 a 24 meses	25.005	80.419
25 a 36 meses	10.000	25.005
37 a 48 meses	10.000	-
49 a 60 meses	10.000	-
Total	55.005	105.424

Segue a movimentação para o exercício de 2019 e 2018:

	Controladora e Consolidado
Empréstimos e financiamentos	
Saldo em 01 de janeiro de 2019	62.117
Captação	30.000
Juros apropriados	4.762
Pagamento de principal	(6.667)
Juros pagos	(1.829)
Variação Cambial	2.639
Saldo em 31 de dezembro de 2019	91.022
Debêntures	
Saldo em 01 de janeiro de 2019	98.083
Juros apropriados	4.423
Pagamento de principal	(46.676)
Juros pagos	(5.695)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	50.135
Total	141.157

	Controladora e Consolidado
Empréstimos e financiamentos	
Saldo em 01 de janeiro de 2018	50.151
Captação	50.000
Juros apropriados	3.888
Pagamento de principal	(40.134)
Juros pagos	(3.927)
Variação Cambial	2.139
Saldo em 31 de dezembro de 2018	62.117
Debêntures	
Saldo em 01 de janeiro de 2018	168.127
Juros apropriados	8.279
Pagamento de principal	(66.666)
Juros pagos	(11.657)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	98.083
Total	160.200

13 Salários e encargos sociais

Política contábil

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia e suas Controladas possuem plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus.

(ii) Benefícios pós-emprego

A Companhia e suas Controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes.

A lei nº 9.656/98 prevê que os empregados demitidos e/ou aposentados que contribuem com o custeio do plano privado de saúde possuem o direito de utilizar as mesmas condições de cobertura assistencial concedido pela Companhia e suas Controladas conforme as disposições legais. Segundo laudo elaborado por um atuário independente não existe qualquer risco atuarial para a Companhia e suas Controladas.

A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Férias a pagar	10.778	10.138	12.672	12.004
INSS	2.457	2.224	2.925	2.695
Gratificações e participação nos lucros a pagar	8.386	7.402	8.814	7.888
FGTS	696	645	766	765
Outras	939	831	1.086	909
Total	23.256	21.240	26.263	24.261

14 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

Política contábil

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação presente em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências existentes, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A mesma sistemática se aplica aos honorários advocatícios sobre as discussões administrativas ou judiciais sobre as referidas obrigações, ou seja, quando certo o êxito da Companhia em determinada discussão, os valores a serem pagos a título de honorários advocatícios são passíveis de provisão. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Quando a Companhia e suas Controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. Os depósitos judiciais são classificados no ativo não circulante e não são compensados com as referidas provisões.

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento que totalizavam, em 31 de dezembro de 2019, R\$ 640.391 (R\$573.739 em 31 de dezembro de 2018) Controladora e R\$ 659.433 (R\$ 598.870 em 31 de dezembro de 2018) Consolidado, e está discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa, como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes valores contemplam todos os processos classificados como prováveis, possíveis e remotos. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração na medida em que há expectativa de desembolso futuro, amparada em opinião de seus consultores jurídicos externos.

Os valores mencionados acima se dividem conforme indicado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prováveis	30.606	34.419	35.266	44.444
Possíveis	88.672	92.363	97.237	99.760
Remotos	521.113	446.957	526.930	454.666
Total	640.391	573.739	659.433	598.870

Provisões constituídas com base nas perdas prováveis

As provisões constituídas e correspondentes depósitos judiciais, quando aplicável, estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhistas e previdenciárias	7.211	7.001	11.451	11.826
Tributárias	1.608	1.608	-	-
Cíveis (i) (ii)	2.667	93	19.155	22.593
Total	11.486	8.702	30.606	34.419

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhistas e previdenciárias	9.968	10.104	15.206	16.335
Tributárias	1.608	1.608	1	-
Cíveis (i) (ii)	2.876	190	20.059	28.109
Total	14.452	11.902	35.266	44.444

- (i) Inclui depósito judicial sobre contingência cível relativa a demanda judicial contra um prestador de serviços na área de “Benefícios”. Adicionalmente, reconhecemos a obrigação sob rubrica de mesma natureza na nota explicativa nº 16 item (ii).
- (ii) Contém provisão decorrente da combinação de negócios, conforme detalhado a seguir:

O contrato de compra e venda da Direct Express, firmado entre a Companhia e 8M Participações prevê que a Companhia somente estará obrigada a indenizar a 8M Participações por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos anteriores à data da compra, que superem no seu valor agregado R\$ 40.000. Por outro lado, a 8M Participações obriga-se a indenizar a Companhia por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos posteriores à data da compra. No exercício de 2017, o montante das obrigações pagas pela 8M Participações indenizáveis pela Companhia superaram o valor agregado. Em dezembro de 2019 o saldo destas provisões totaliza R\$ 18.611 (R\$ 22.098 em dezembro de 2018).

Abaixo segue a movimentação da provisão para o exercício de 2019 e 2018:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	34.419	44.444
Constituição	18.156	20.682
Constituição INSS FAP	418	418
Demandas judiciais a pagar	(2.122)	(2.122)
Baixa por depósito judicial	(924)	(1.186)
Pagamento	(19.341)	(26.970)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.606	35.266

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2018	30.926	38.983
Constituição	24.397	32.334
Constituição INSS FAP	149	149
Reestruturação societária	-	(1.482)
Demandas judiciais a pagar	(336)	(1.168)
Baixa por depósito judicial	(1.032)	(2.535)
Pagamento	(19.685)	(21.837)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	34.419	44.444

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda possível classificado pela Administração e por seus consultores legais, conforme demonstramos os montantes abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhistas e previdenciárias	38.703	45.769	40.235	48.512
Tributárias	28.869	25.703	35.636	30.135
Cíveis	21.100	20.891	21.366	21.113
Total	88.672	92.363	97.237	99.760

a Trabalhistas e previdenciárias

Referem-se principalmente a casos relacionados com operações descontinuadas, bem como casos em que a Companhia e suas controladas respondem solidariamente com prestadoras de serviços terceirizados.

b Tributárias

As principais naturezas das discussões tributárias são: (i) questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ISS e ICMS; e (ii) questionamentos relativos a origem de créditos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS utilizados para compensações de débitos tributários.

A principal demanda, decorre de parte de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP através de autos de infração emitidos entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2019 o montante atualizado dessa parcela da demanda é R\$ 7.127 (R\$6.460 em 31 de dezembro de 2018). Tal valor tem como base apenas a receita auferida pela filial de Mauá/SP e não a receita equivocadamente arbitrada pela fiscalização.

c Cíveis

As principais ações indenizatórias correspondem a danos materiais, morais e pensionamento em virtude de acidentes de trânsito, envolvendo transportadoras subcontratadas pela Companhia e suas controladas.

Perdas remotas não provisionadas no balanço

As ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda remota classificado pela Administração e por seus consultores legais em 31 de dezembro de 2019 totalizam R\$ 521.113 na Controladora (R\$ 446.957 em 31 de dezembro de 2018) e R\$ 526.930 no Consolidado (R\$ 454.666 em 31 de dezembro de 2018).

a. A principal demanda na esfera tributária ocorre de parcela de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP conforme citado acima, com valor total de R\$ 444.080 (R\$ 402.958 em dezembro de 2018), no qual o município considerou de forma equivocada a receita bruta total auferida pela Companhia, e não somente a da filial de Mauá/SP que deveria ser a base da respectiva fiscalização. Neste contexto, com base no parecer dos advogados, a Companhia considera como perda remota o valor de R\$ 436.953 (R\$ 396.498 em dezembro de 2018, a variação do saldo refere-se atualização pela aplicação do índice IPCA acrescido 1% a.m.). Em fevereiro de 2018 a defesa da Companhia foi apresentada na esfera administrativa e toda a documentação suporte adicional foi disponibilizada ao município. Em 04 de julho de 2019 a Secretaria de finanças do município solicitou informações adicionais, as quais foram disponibilizadas em 15 de agosto de 2019. Desde então não houve qualquer manifestação da secretaria de finanças da prefeitura do município de Mauá e aguardamos julgamento em primeira instância administrativa.

b. Em dezembro de 2017, a Companhia identificou com o apoio de especialistas independentes, oportunidades tributárias referentes a créditos de PIS e COFINS sobre os gastos incorridos na subcontratação de empresas de transporte e itens do imobilizado aos últimos 5 anos de operações. A Companhia realizou a retificação de suas Declarações de Débitos e Créditos de Tributos Federais – DCTFs com a finalidade de alocar esses valores de créditos de PIS e COFINS. Durante o ano de 2018, a Companhia e sua controlada Tegma Cargas Especiais (TCE) receberam despachos decisórios da Receita Federal do Brasil referentes à não homologação das compensações de débitos tributários dos respectivos créditos. Importante mencionar que não houve questionamento do mérito da origem do crédito, mas sim uma discrepância entre cruzamento de obrigações acessórias. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade na esfera administrativa no decorrer do exercício de 2018. Os assessores da Companhia classificaram as chances de perda como “remota”. O valor na controladora é R\$ 38.486 e no consolidado R\$ 41.300.

15 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, está limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro real futuro.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de

cada balanço e reduzido, quando aplicável, por provisão, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	261.344	143.749	265.298	144.296
Alíquota nominal combinada imposto sobre a renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto sobre a renda e contribuição social pela alíquota nominal	(88.857)	(48.875)	(90.201)	(49.061)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	7.142	1.499	1.015	126
Diferenças permanentes (i)	(628)	(632)	(5.702)	(896)
Incentivos fiscais	6.031	4.774	6.551	5.697
Juros sobre capital próprio	8.804	7.022	8.804	7.022
Outros	136	712	8.207	1.065
Imposto sobre a renda e contribuição social no resultado	(67.372)	(35.500)	(71.326)	(36.047)
Corrente (ii)	(67.364)	(39.375)	(72.099)	(42.697)
Diferido	(8)	3.875	773	6.650
Taxa efetiva	25,8%	24,7%	26,9%	25,0%

(i) Inclui montante referente a reversão de perda de valores oriundos de contas a receber de Controlada.

(ii) Inclui em 2019, montante de R\$ 38.381 na Controladora referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o reconhecimento dos valores dos créditos de PIS e COFINS provenientes do trânsito em julgado da ação que reconheceu o direito da exclusão do ICMS das respectivas bases de cálculo das contribuições do período de agosto de 2003 a dezembro de 2018, conforme citado na nota explicativa nº 8.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo fiscal de imposto de renda a compensar	-	-	10.298	10.286
Base negativa da contribuição social	-	-	3.820	3.816
<i>Diferenças temporárias</i>				
Provisões para PLR e gratificação	2.851	2.517	2.997	2.682
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	60	27	75	999
Provisões para demandas judiciais	10.406	11.702	11.990	15.111
Provisões para fretes a pagar	1.211	882	1.211	882
Provisão de pedágios a pagar	676	813	859	919
Provisão <i>cut-off</i>	1.790	3.518	1.790	3.518
Provisão perda com antiga controlada	-	-	-	4.546
Outras	6.676	6.078	8.980	7.910
Subtotal	23.670	25.537	42.020	50.669
Amortização de ágio fiscal (i)	(20.459)	(20.459)	(20.459)	(20.459)
Diferença de taxa de depreciação (ii)	(5.970)	(7.671)	(7.410)	(14.925)
Outras	-	-	-	(1.749)
Subtotal	(26.429)	(28.130)	(27.869)	(37.133)
Total	(2.759)	(2.593)	14.151	13.536

- (i) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre a amortização para fins fiscais do ágio apurado na aquisição de controladas.
- (ii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre a diferença de depreciação de bens do ativo imobilizado pela aplicação de taxas de depreciação diferentes para fins fiscais e contábeis.

A segregação do imposto de renda e contribuição social diferidos entre ativo e passivo por empresa está apresentado a seguir:

	Consolidado			
			2019	
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Passivo líquido
Tegma Gestão Logística S.A.	23.670	(26.429)	-	(2.759)
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	3.013	-	3.013	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	55	-	55	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	3.529	-	3.529	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	11.753	(1.440)	10.313	-
Total	42.020	(27.869)	16.910	(2.759)

	Consolidado			
			2018	
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Passivo líquido
Tegma Gestão Logística S.A.	25.537	(28.130)	-	(2.593)
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	1.820	-	1.820	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	26	-	26	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	8.699	-	8.699	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	14.587	(9.003)	5.584	-
Total	50.669	(37.133)	16.129	(2.593)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos para os exercícios de 2019 e 2018 é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(2.593)	13.536
Constituição – efeito resultado	(8)	773
Tributos diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	(158)	(158)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.759)	14.151

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(6.629)	29.931
Constituição – efeito resultado	3.875	6.650
Cessão de créditos tributários	-	(5.307)
Reestruturação societária	-	(17.172)
Utilização Prejuízo Fiscal e base negativa de contribuição social (PERT)	-	(720)
Tributos diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	161	161
Outros		(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.593)	13.536

Os valores dos ativos em 31 de dezembro de 2019 apresentam as seguintes expectativas de realização:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2019	4.734	11.002
2020	4.734	8.776
2021	4.734	7.825
2022	4.734	8.054
Após 2023	4.734	6.363
	23.670	42.020

A Companhia e suas Controladas não possuem ativos diferidos a serem reconhecidos.

16 Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Seguros	5.751	5.391	6.052	5.700
Pedágio	1.994	2.395	2.532	2.736
Benefícios (i)	5.752	3.193	7.403	3.729
Movimentação de veículos e cargas	917	1.308	2.500	2.043
Aluguel	1.043	1.648	1.098	3.227
Serviços de consultoria	2.333	1.393	2.449	1.470
Vigilância	2.050	2.251	2.591	2.554
Manutenções diversas	873	1.542	1.119	1.884
Outros	2.872	2.873	3.893	7.520
Total	23.585	21.994	29.637	30.863

(i) Inclui montante disponibilizado por meio de depósito judicial, conforme mencionado em nota explicativa nº 14 item (i).

17 Patrimônio líquido

Política contábil

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido em uma conta redutora do capital, líquidos de impostos.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio referente ao montante mínimo obrigatório, conforme o estatuto social da Companhia, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral, sendo destacado em conta específica no patrimônio líquido denominada de “Dividendo adicional proposto”. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Quando deliberados pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

A Companhia oferece aos seus executivos plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo das opções outorgadas aos executivos da Companhia é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Na data do balanço, a Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

a. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$144.469, dividido em 66.002.915 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia é constituída da seguinte forma:

Categoria	Quantidade de ações	% Total
Mopia Participações e Empreendimentos Ltda.	15.396.481	23%
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	13.207.034	20%
Cabana Empreendimentos e Participações Ltda.	4.817.704	7%
Outros acionistas controladores (pessoa física)	509.473	1%
Administradores	101	0%
Tesouraria	65.143	0%
Controladores, administradores e tesouraria	33.995.936	52%
Ações em circulação	32.006.879	48%
Total de Ações	66.002.815	100%

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2020 a Administração da Companhia, com o objetivo de reforçar seu Capital Social e simplificar a estrutura do seu Patrimônio Líquido, solicitará a aprovação dos acionistas para a integralização de R\$174.055 por meio da incorporação de suas reservas de capital – ágio na subscrição de ações, sem a emissão de novas ações, não havendo diluição dos acionistas, o capital social permanecerá dividido em 66.002.915 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva de capital - ágio na subscrição de ações

A reserva de capital da Companhia se originou da seguinte forma: (i) em 27 de abril de 2007, em assembleia dos acionistas foi aprovada a constituição da reserva de capital - ágio na subscrição de ações no montante de R\$2.245 e (ii) em 28 de junho de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 9.706.639 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$26,00 por ação, no contexto da oferta pública de ações, sendo destinado à conta de Capital Social o valor de R\$47.757 e o montante de R\$204.616 à conta "Reserva de

capital", na forma do parágrafo único do artigo 14 da Lei das Sociedades por Ações.

Em razão do cancelamento das 2.547.145 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria ocorrido em 16 de dezembro de 2008, no valor de R\$32.806, o saldo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$174.055.

c. Reservas de Lucro

Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui crédito presumido de ICMS no montante de 20% sobre o valor do débito do imposto, nos termos do Convênio CONFAZ ICMS 106/1996. No exercício de 2019, o montante do crédito apurado foi R\$ 17.739 (R\$14.006 em 2018). Esses montantes foram reconhecidos como subvenção de investimento, por meio da Lei Complementar nº160/2017 e destinados para reserva de incentivos fiscais, nos termos do art. 195-A da Lei 6.404/76.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos e remuneração de acionistas, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância do artigo 196, das Leis das Sociedades por Ações.

d. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro 2018, o saldo de ações em tesouraria corresponde a 65.143 ações ordinárias, no montante de R\$342.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado e (ii) 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto". Quando deliberados pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2010, foi aprovada a adoção da política indicativa de distribuição de dividendos da Companhia, para que as futuras distribuições de dividendos, inclusive juros sobre o capital próprio, sejam realizadas no mínimo em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, calculado conforme disposto nos artigos 193 a 203 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, as práticas contábeis brasileiras e as regras da Comissão de Valores Mobiliários.

O cálculo dos dividendos referente ao exercício de 2019 é assim demonstrado:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	193.972	108.249
Reserva de incentivos fiscais	(17.739)	(14.006)
Base de cálculo	176.233	94.243
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	44.058	23.561
Dividendos intercalares pagos	56.448	27.483
Juros sobre capital próprio pagos	18.816	9.161
Juros sobre capital próprio adicionais propostos	-	7.077
Dividendos adicionais propostos	-	21.229
	75.264	64.950
Porcentagem sobre a base de cálculo	43%	69%

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, no valor de R\$ 15.818 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 5.272 referente ao exercício de 2018, ambos pagos em 22 de agosto de 2018.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de novembro de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio intercalares, no valor de R\$ 11.665 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 3.889 referente ao exercício de 2018, ambos pagos em 26 de novembro de 2018.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2019, foi aprovada a proposta da Administração de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que resultou na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio complementar de R\$ 28.306, aos acionistas da Companhia, sendo R\$ 21.229 em dividendos e R\$ 7.077 em juros sobre capital próprio, ambos pagos em 7 de maio de 2019.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de agosto de 2019 foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, no valor de R\$ 22.176 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 7.392 referente ao exercício de 2019, ambos pagos em 16 de setembro de 2019.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de novembro de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 34.272 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 11.424 referente ao exercício de 2019, ambos pagos em 26 de novembro de 2019.

Em reunião realizada em 31 de março de 2020, os membros do Conselho de Administração da Companhia, manifestaram-se favoravelmente sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e recomendaram sua aprovação à Assembleia Geral da Companhia.

f. Opções de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2011, foi aprovado o Plano de

Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia para executivos da Companhia. As ações objeto do Plano deverão ser provenientes: (i) da emissão de novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, conforme deliberação do Conselho de Administração; e/ou (ii) das ações ordinárias mantidas em tesouraria.

Atualmente não há programa de opções de compra em aberto.

18 Informações por segmento de negócios

Política contábil

A Companhia classifica suas análises de negócios em: (i) logística automotiva, divisão que realiza transferência e distribuição de veículos zero-quilômetro e usados, transferências portuárias e gestão de estoques e de pátios de montadoras de veículos e serviços de preparação de veículos para venda, composto pela Controladora e suas Controladas Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda., Tech Cargo Plataforma de Transportes Ltda, Tegma Logística de Veículos Ltda. e a Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. e em (ii) logística integrada, divisão que realiza operações de transporte, armazenagem e gestão de estoque, para diversos segmentos de mercado como químico, eletrodoméstico e bens de consumo, composta por suas Controladas Tegma Cargas Especiais Ltda., Tegma Logística de Armazéns Ltda. e pela Controladora. A Companhia inaugurou em 2018 a aceleradora de startups chamada de TegUP (TegUp Inovação e Tecnologia Ltda.) para fins de divulgação consideramos na divisão logística integrada.

A Companhia deixou de considerar a Tegma Logística Integrada S.A. a partir de fevereiro de 2018 como um investimento direto, devido à criação da *joint venture* “GDL” que tem por objetivo a prestação de serviços de armazenagem geral e alfandegada em Cariacica-ES. A partir dessa data, a GDL passou a deter o controle direto da Tegma Logística Integrada S.A., portanto, a variação patrimonial da GDL passou a ser contabilizada em equivalência patrimonial da Companhia.

	Consolidado					
	Logística automotiva		Logística integrada		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita líquida dos serviços	1.190.147	1.100.807	157.173	152.972	1.347.320	1.253.779
Custos	(900.966)	(843.660)	(105.515)	(126.272)	(1.006.481)	(969.932)
Despesas operacionais	(44.162)	(95.317)	1.542	(6.195)	(42.620)	(101.512)
Despesas com depreciação e amortização (i)	(15.441)	(18.012)	(10.369)	(11.278)	(25.810)	(29.290)
Amortização direito de uso (ii)	(16.746)	-	(16.048)	-	(32.794)	-
Despesas financeiras	(21.154)	(17.776)	(2.679)	(2.742)	(23.833)	(20.518)
Receitas financeiras	44.127	8.331	2.403	3.067	46.530	11.398
Equivalência patrimonial	16.479	419	(13.493)	(48)	2.986	371
Imposto de renda e contribuição social	(67.939)	(35.984)	(3.387)	(63)	(71.326)	(36.047)
Lucro líquido do exercício	184.345	98.808	9.627	9.441	193.972	108.249
	Logística automotiva		Logística integrada		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante	396.409	295.821	52.663	41.690	449.072	337.511
Ativo não circulante	469.169	416.219	67.040	55.703	536.209	471.922
Total do ativo	865.578	712.040	119.703	97.393	985.281	809.433
Passivo circulante	242.596	159.528	26.119	11.114	268.715	170.642

Passivo não circulante	129.223	144.471	12.404	9.948	141.627	154.419
Total do passivo	<u>371.819</u>	<u>303.999</u>	<u>38.523</u>	<u>21.062</u>	<u>410.342</u>	<u>325.061</u>

(i) R\$ 22.012 refere-se a parcela da depreciação atribuída ao custo dos serviços prestados e R\$ 3.798 atribuída a despesas gerais administrativas em dezembro de 2019 (R\$ 14.139 e R\$ 1.681, respectivamente, em dezembro de 2018), conforme nota explicativa nº 10.

(ii) R\$ 31.982 refere-se a parcela da depreciação atribuída ao custo dos serviços prestados e R\$ 812 atribuída a despesas gerais administrativas em dezembro de 2019, conforme nota explicativa nº 26.

As receitas dos 4 maiores clientes representaram aproximadamente 70% do total das receitas.

Os serviços prestados pelos segmentos logística automotiva e logística integrada são todos para clientes baseados em território nacional.

19 Receita líquida dos serviços prestados

Política contábil

A Companhia e suas Controladas prestam serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químico e eletrodomésticos. A receita de transporte é reconhecida ao longo do tempo, com base na estimativa da duração do percurso, (proporcionalmente à evolução das viagens). A receita de armazenagem é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Os preços de serviços são determinados com base em acordos ou conforme contratos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços logísticos	1.458.445	1.392.552	1.616.745	1.496.791
Serviços de armazenagem	-	-	36.565	41.929
Receita bruta de serviços	<u>1.458.445</u>	<u>1.392.552</u>	<u>1.653.310</u>	<u>1.538.720</u>
Descontos, seguros e pedágio	(78.835)	(80.544)	(82.686)	(82.339)
	<u>1.379.610</u>	<u>1.312.008</u>	<u>1.570.624</u>	<u>1.456.381</u>
Impostos incidentes	(197.708)	(175.843)	(223.304)	(202.602)
Receita líquida de serviços	<u>1.181.902</u>	<u>1.136.165</u>	<u>1.347.320</u>	<u>1.253.779</u>

20 Despesas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo dos serviços prestados	(920.319)	(888.886)	(1.060.475)	(995.805)
Despesas gerais e administrativas	(70.976)	(60.837)	(72.745)	(62.500)
Remuneração da administração	(12.214)	(11.510)	(12.214)	(11.510)
Despesas comerciais	(478)	(503)	(478)	(2.410)
Total	<u>(1.003.987)</u>	<u>(961.736)</u>	<u>(1.145.912)</u>	<u>(1.072.225)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Serviços de fretes – agregados	(786.806)	(773.095)	(851.992)	(803.079)
Salários	(75.424)	(68.826)	(86.516)	(80.923)
Encargos sociais	(40.800)	(37.869)	(47.884)	(45.319)
Serviços terceirizados (i) (ii)	(49.488)	(36.106)	(56.256)	(42.165)
Alugueis e leasing (iii)	(7.088)	(23.330)	(8.657)	(38.472)
Depreciação e amortização	(18.507)	(22.348)	(25.810)	(29.290)
Amortização direito de uso	(20.007)	-	(32.794)	-
Benefícios a empregados	(23.703)	(20.296)	(28.798)	(25.660)
Custos variáveis	(7.682)	(12.793)	(25.892)	(28.695)
Outros gastos gerais	(9.935)	(8.450)	(12.911)	(11.989)
Manutenção	(13.792)	(12.874)	(18.927)	(17.745)
Combustíveis e lubrificantes	(8.657)	(8.555)	(9.408)	(9.375)
Utilidades	(3.918)	(3.476)	(5.669)	(5.411)
Comunicação	(2.464)	(2.402)	(2.898)	(2.919)
Outros gastos com pessoal	(7.555)	(3.642)	(9.447)	(5.208)
Custos rescisórios	(2.503)	(2.418)	(3.379)	(2.889)
Materiais	(2.767)	(2.007)	(4.164)	(3.389)
Despesa de viagem	(1.853)	(1.864)	(1.862)	(1.867)
Indenização de extravio	(384)	(643)	(642)	(801)
Contribuições e doações	(583)	(861)	(673)	(864)
Multas contratuais	(2)	(476)	(244)	(476)
Provisão para perda de valores com vendas de controladas	-	-	-	(1.907)
Crédito PIS/COFINS	79.931	80.595	88.911	86.218
Total	(1.003.987)	(961.736)	(1.145.912)	(1.072.225)

- (i) Inclui em 2019, montante de R\$ 6.084 (R\$ 4.015 líquido de impostos) referente aos honorários advocatícios sobre a ação da exclusão do ICMS nas apurações de PIS e COFINS, conforme citado na nota explicativa nº 8 item (i).
- (ii) Inclui em 2019, montante de R\$ 2.254 referente aos gastos com consultoria e honorários advocatícios advindo do processo do mandado de busca e apreensão de dados e documentos autorizado pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de São Bernardo do campo em 17 de Outubro de 2019, conforme nota explicativa nº.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2019 os valores indicados referem-se apenas aos contratos isentos da aplicabilidade do IFRS 16. Os contratos sujeitos à nova norma, conforme citado na nota explicativa nº 26, totalizariam uma despesa adicional de R\$ 22.436 na Controladora e R\$ 36.254 no Consolidado.

21 Outras receitas (despesas) líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Créditos fiscais extemporâneos (i)	56.475	-	56.475	-
Recuperação de despesas (ii)	2.197	786	4.206	3.063
Ajustes de estoques	-	-	(26)	(75)
Ganho (Perda) na venda de ativo imobilizado líquido	(961)	(366)	(2.888)	(1.226)
Baixa direito de uso / arrendamento	66	-	115	-
Constituição de provisões para demandas judiciais e indenizações pagas	(18.574)	(24.546)	(21.100)	(32.483)
Perda na baixa de ágio (iii)	-	(2.527)	-	(2.527)
Valor justo na transferência de investimento (iv)	-	1.842	-	1.842
Outras	(300)	(496)	(684)	3.993
Outras receitas (despesas) líquidas	38.903	(25.307)	36.098	(27.413)

- (i) Crédito referente a exclusão do ICMS nas apurações de PIS e COFINS conforme citado na nota explicativa nº 8 item (i).
- (ii) Referem-se a repasses de custos fixos operacionais de áreas sublocadas aos clientes.
- (iii) Saldos de ágios registrados na aquisição da antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A, que foram baixados devido a formação de *joint venture* conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (iii).
- (iv) Montante referente a avaliação efetuada por consultores independentes sobre o valor justo dos ativos da Tegma Logística Integrada S.A, que foi objeto para formação de *joint venture* conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (iii).

22 Receitas (Despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Resultado positivo de operação de <i>Swap</i>	1.662	1.701	1.662	1.701
Juros ativos (i)	37.548	1.741	38.282	2.113
Receita de aplicação financeira	5.772	4.511	6.586	7.584
Total	44.982	7.953	46.530	11.398
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos bancários	(9.185)	(12.167)	(9.185)	(12.337)
Despesas bancárias	(1.709)	(1.730)	(1.754)	(1.758)
Perdas cambiais	(2.446)	(2.095)	(2.488)	(2.099)
Juros sobre arrendamento mercantil	(4.339)	-	(6.440)	-
Juros passivos	(1.531)	(557)	(1.669)	(2.906)
Outras despesas financeiras	(2.155)	(1.217)	(2.297)	(1.418)
Total	(21.365)	(17.766)	(23.833)	(20.518)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	23.617	(9.813)	22.697	(9.120)

- (i) Inclui em 2019, montante de R\$ 35.661 oriundo da atualização monetária do principal do crédito referente à exclusão do ICMS nas apurações de PIS e COFINS, conforme citado na nota explicativa nº 8 item (i).

23 Resultado por ação

a. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro atribuível aos acionistas da companhia	193.972	108.249
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação milhares	65.938	65.938
Lucro básico por ação R\$	<u>2,94</u>	<u>1,64</u>

b. Lucro básico diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos.

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui qualquer fator diluidor em relação ao básico. Dessa forma, o lucro diluído por ação em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é igual ao lucro básico por ação, de R\$ 2,94 e R\$ 1,64, respectivamente.

24 Partes relacionadas

A Companhia realiza no curso normal de seus negócios, operações de transportes, aluguel de imóveis, entrega e inspeção de pré-entrega (Pre-Delivery Inspection - PDI) com partes relacionadas a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições compatíveis com as condições de mercado. A Companhia também realiza rateio de custos e despesas operacionais.

As principais transações com partes relacionadas são:

- (i) A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de armazenamento, transporte, revisão e entrega de veículos, bem como de revisão, entrega e inspeção de pré-entrega (Pre-Delivery Inspection - PDI) com algumas empresas do Grupo Itavema, empresas essas, relacionadas de forma direta e/ou indireta com a Companhia, através da sua Controladora Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. (“Mopia”);
- (ii) A Companhia mantém com a Sinimbu Participações Societárias e Empreendimentos S.A. (“Sinimbu”) empresa relacionada à acionistas controladores indiretos da Companhia, e de forma indireta às sociedades do grupo de controle da Companhia, Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. (“Mopia”) e Cabana Empreendimentos e Participações Ltda. (“Cabana”), contrato de locação de imóvel comercial localizados em São José dos Campos-S. Em Outubro de 2019 essa locação foi integralmente transferida para a Companhia Savoy Imobiliária Construtora Ltda. por conta da venda desse imóvel. Dessa forma esse contrato enquadra-se na nova norma CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil e deixa de compor os saldos com partes relacionadas;
- (iii) A Companhia mantém com a Pactus Empreendimentos e Participações Ltda., sociedade sob controle comum da Companhia, contrato de locação de imóveis comerciais localizados em São Bernardo do Campo-SP e Gravataí-RS, dessa forma esse contrato enquadra-se na nova norma CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil;
- (iv) Em razão da adesão ao Programa de Regularização Tributária - PERT em outubro de 2017, e visando a liquidação dos seus débitos, a Companhia utilizou em janeiro de 2018 parte dos créditos oriundos

de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da sua controlada Tegma Logística de Veículos Ltda. (R\$4.086), quitado em 2019.

- (v) Em razão da adesão ao Programa de Regularização Tributária - PERT em outubro de 2017, e visando a liquidação dos seus débitos a Companhia utilizou em janeiro de 2018 parte dos créditos oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da sua controlada Tegma Cargas Especiais Ltda. (R\$501) quitado em 2019.
- (vi) Conforme negociação entre a Companhia e a Holding Silotec na formação da *joint venture*, parte dos ativos da antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A. deverão ser reembolsados a Tegma Gestão Logística S.A conforme sua realização. Do mesmo modo parte dos passivos deverão ser pagos pela Tegma Gestão Logística S.A. Parte dos valores negociados na formação da *joint venture* foi recebido em maio de 2019.
- (vii) A Companhia disponibilizou recursos à Fundação Otacilio Coser (FOCO) no exercício de 2019. A FOCO atua desde 1999 no fortalecimento dos elos entre comunidades, escolas e empresas por meio de programas de desenvolvimento de Comunidades Sustentáveis, Rede Escolar e Blend Program. A Fundação é mantida pela COIMEXPAR, holding do Grupo COIMEX (controladora da Tegma), e atua em comunidades em São Paulo e no Espírito Santo.

A Companhia mantém com a Renove Corretora de Seguros Ltda., empresa relacionada à acionistas controladores indiretos da Companhia, e de forma indireta à sociedade do grupo de controle da Companhia, a Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. (“Mopia”), uma prestação de serviços administrativos que visa o auxílio administrativo na área de seguros, este serviço não é remunerado pela Tegma.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo Circulante				
Grupo Itavema (i)	244	565	244	565
Cisa Trading S.A.	-	1	-	1
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	34	34
Cia de Transportes e Armazéns Gerais	-	-	-	49
Tegma Logística Integrada S.A.	397	2.648	405	3.477
Tegma Cargas Especiais Ltda.	15	9	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	56	7	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda	172	952	-	-
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A.	-	-	1	-
Total Circulante	884	4.182	684#	4.126
Ativo Não Circulante				
Tegma Logística Integrada S.A. (vi)	1.115	15.626	1.115	15.626
Títulos e valores mobiliários				
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A.	-	-	1.400	700
Rabbot Serviços de Tecnologia S.A.	-	-	1.200	-
Subtotal	-	-	2.600	700
Total do ativo	1.999	19.808	4.399	20.452
Passivo circulante				
Tegma Logística de Armazéns Ltda	88	77	-	-
Tegma Logística Integrada S.A. (vi)	57	1.064	70	1.865
Tegma Logística de Veículos Ltda (iv)	3	5.461	-	-
Tegma Cargas Especiais Ltda (v)	-	508	-	-
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	-	313	-	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	-	360	-	360
Sinimbu Participações Societárias e Empreendimentos S.A. (ii)	-	86	-	86
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A.	-	-	2	-
Subtotal	148	7.869	72	2.311
Arrendamento Mercantil				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	1.189	-	-	-
Tegma Logística Integrada S.A.	333	-	333	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	373	-	373	-
Subtotal	1.895	-	706	-
Total Circulante	2.043	7.869	778	2.311
Passivo Não Circulante				
Tegma Logística Integrada S.A. (vi)	542	1.958	542	1.958
Subtotal	542	1.958	542	1.958
Arrendamento Mercantil				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	2.660	-	-	-
Tegma Logística Integrada S.A.	1.040	-	1.040	-
Subtotal	3.700	-	1.040	-
Total do passivo	6.285	9.827	2.360	4.269

Resultado	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita de serviços prestados				
Grupo Itavema	1.394	1.452	1.394	1.452
Cisa Trading S.A.	-	973	-	1.925
Tegma Logística Integrada S/A	-	2	-	-
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A.	-	-	17	-
Outras receitas operacionais				
Grupo Itavema	111	97	111	97
Tegma Logística Integrada S/A	255	352	438	327
Tegma Cargas Especiais Ltda.	172	71	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	187	92	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	622	-	-	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	-	1	-	-
	2.741	3.040	1.960	3.801
Despesas gerais e administrativas				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	(3.226)	(2.800)	-	-
Tegma Logística Integrada S/A	(1.538)	(2)	(1.589)	(820)
Tegma Cargas Especiais Ltda.	(37)	(3)	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda	(568)	(458)	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	(427)	-	-	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	(4.041)	(3.136)	(4.041)	(3.136)
Sinimbu Participações	-	-	-	-
Societárias e Empreendimentos S.A. (ii)	(1.151)	(1.584)	(1.151)	(1.584)
Fundação Otacilio Coser (vii)	(185)	-	(185)	-
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	(210)
Grupo Itavema	(17)	-	(17)	-
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A.	(14)	-	(55)	-
Rabbot Serviços de Tecnologia S.A.	(83)	-	(83)	-
	(11.287)	(7.983)	(7.121)	(5.750)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente, os conselheiros, os diretores estatutários e eventuais pessoas relacionadas à acionistas controladores indiretos. A remuneração paga ou a pagar por serviços na condição de empregados está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Salários e encargos	(6.993)	(6.507)
Honorários de diretoria (Conselheiros)	(2.819)	(2.796)
Participação nos lucros	(2.402)	(2.207)
Total	(12.214)	(11.510)

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 24 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria da Companhia no montante de R\$ 10.251, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

25 Seguros

A Companhia e suas Controladas mantêm seguros, sendo a cobertura contratada, como indicado a seguir, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

- (a) Transporte de cargas - cobertura variando, conforme natureza e tipo de transporte, cobertura de até R\$1.700 para carga geral e para veículos de acordo com o modelo transportado, com vigência de 30 de junho de 2019 até 30 de junho de 2020.
- (b) Com a criação da *joint venture*, citada na nota explicativa 2 item i, se fez necessária a alteração da cobertura da apólice de armazenagem de mercadorias. Essa cobertura, de forma variável, conforme local e tipo de mercadoria, ficou estipulada no montante equivalente a US\$50.000, com vigência de 22 de abril de 2019 até 22 de abril de 2020.
- (c) Responsabilidade civil contra terceiros danos materiais, corporais, morais e acidentes pessoais - cobertura até R\$1.000, e no caso de frota de terceiros a cobertura é a mesma, com vigência de 30 de junho de 2019 até 30 de junho de 2020.
- (d) Frota de apoio - casco colisão, roubo e incêndio - 100% do valor de mercado tabela FIPE, com vigência de 7 de junho de 2019 até 7 de junho de 2020.
- (e) Demais bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, furto qualificado, danos elétricos e outros - cobertura compreensiva corporativa de R\$65.120 com vigência de 12 de abril de 2019 até 12 de abril de 2020.
- (f) Responsabilidade civil de administradores - cobertura de R\$63.000 com vigência de 29 de novembro de 2019 até 29 de novembro de 2020.

A Administração da Companhia, considerando os custos financeiros envolvidos na contratação de seguros para sua frota de caminhões e semirreboques, bem como a probabilidade da ocorrência de sinistros e seus eventuais impactos financeiros na operação, adota a política de não contratar essa proteção, mantendo, todavia, seguros para o ramo da responsabilidade civil contra terceiros, como mencionado anteriormente.

26 Arrendamento mercantil

Política contábil

O reconhecimento e a mensuração do ativo de direito e do passivo de arrendamento são efetuados de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil.

Os principais arrendamentos relacionados a nova regra identificados pela Administração, pois existe o direito de controlar o uso dos ativos por um determinado período de tempo, tratam-se de imóveis de terceiros, veículos e equipamentos ligados à operação e possuem variados prazos de vigência, com o último vencimento em dezembro de 2024.

A Companhia e suas Controladoras se valeram das isenções previstas, os arrendamentos de curto prazo e os contratos de ativos de baixo valor permanecem sendo contabilizados como “Alugueis e leasing” e podem ser observados na nota explicativa nº 20.

A mensuração inicial dos contratos de arrendamento foi reconhecida pelo valor presente das suas contraprestações à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse

passivo. A taxa nominal utilizada para o cálculo contempla a base de taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro e o spread de endividamento da Companhia.

A remensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso é realizada para os contratos que sofrem alterações e/ou atualizações, e sua remensuração é reconhecida no passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso no mesmo montante. Para os contratos que são reajustados anualmente por índices de inflação e não tiveram mudanças em seus prazos contratuais e em seu escopo, as taxas iniciais são mantidas. Já para os novos contratos, renovações contratuais e/ou alterações no escopo, a taxa inicial é revisada e aplicada a cada contrato, considerando a taxa livre de risco referente ao período de cada contrato, adicionada do spread de endividamento da Companhia no momento da alteração. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas nos novos contratos e renovações, levando em conta os prazos contratuais:

Prazos Contratos	Taxa % a.a
de 0 a 12 meses	7,65%
de 13 a 24 meses	7,29%
de 25 a 36 meses	7,92%
de 37 a 48 meses	7,78%
de 49 a 60 meses	8,38%
de 61 a 72 meses	8,06%

Quando ocorrem modificações no arrendamento que diminuam o âmbito do contrato há a remensuração do ativo de direito uso e do passivo de arrendamento refletindo a extinção parcial ou total do contrato, com isso é reconhecido o ganho ou a perda na demonstração do resultado.

O quadro abaixo apresenta os efeitos no balanço patrimonial da adoção da nova norma em 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2019:

Efeito do IFRS 16 no Balanço Patrimonial da Controladora

Ativo			Passivo		
	<u>01/01/2019</u>	<u>31/12/2019</u>		<u>01/01/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante	-	-	Circulante		
			Arrendamento mercantil	15.730	14.910
Não circulante			Não circulante		
Direito de uso	53.661	53.758	Arrendamento mercantil	37.931	42.809
			Patrimônio líquido		
			Resultados acumulados	-	(3.961)
Total	53.661	53.758	Total	53.661	53.758

Efeito do IFRS 16 no Balanço Patrimonial da Consolidado

Ativo			Passivo		
	<u>01/01/2019</u>	<u>31/12/2019</u>		<u>01/01/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante	-	-	Circulante		
			Arrendamento mercantil	28.179	28.867
Não circulante			Não circulante		
Direito de uso	84.809	70.929	Arrendamento mercantil	56.630	48.055
			Patrimônio líquido		
			Resultados acumulados	-	(5.993)
Total	84.809	70.929	Total	84.809	70.929

Segue movimentação do ativo de direito de uso:

	Controladora			
	Imóveis	Veículos	Maquinas e equipamentos	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Movimentações				
Adoção inicial	50.524	2.378	759	53.661
Adição	21.990	375	112	22.477
Baixa	(749)	(19)	-	(768)
Amortização (i)	(19.988)	(1.315)	(309)	(21.612)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	51.777	1.419	562	53.758
	Consolidado			
	Imóveis	Veículos	Maquinas e equipamentos	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	-		-	-
Movimentações				
Adoção inicial	77.393	2.508	4.908	84.809
Adição	23.043	375	306	23.724
Baixas	(1.785)	(19)	(119)	(1.923)
Amortização (i)	(31.079)	(1.372)	(3.230)	(35.681)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	67.572	1.492	1.865	70.929

- (i) Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, os saldos patrimoniais apresentados na amortização de direito de uso estão brutos de impostos (PIS e COFINS), sendo R\$ 21.612 na Controladora e R\$ 35.681 no Consolidado, enquanto os montantes registrados no resultado são de R\$ 20.007 na Controladora e R\$ 32.794 no Consolidado.

Segue movimentação do passivo de arrendamento mercantil para o exercício de 2019:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial	53.661	84.809
Adições	22.477	23.724
Baixas	(834)	(2.038)
Juros apropriados (i)	4.557	6.515
Pagamento do principal	(17.917)	(29.994)
Pagamento de juros	(4.225)	(6.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>57.719</u>	<u>76.922</u>
Circulante	14.910	28.867
Não circulante	42.809	48.055
	<u>57.719</u>	<u>76.922</u>
Saldo com terceiros	54.726	76.589
Saldo com partes relacionadas	2.993	333
	<u>57.719</u>	<u>76.922</u>

- (i) Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, os saldos patrimoniais apresentados em juros apropriados estão brutos de impostos (PIS e COFINS), sendo R\$ 4.557 na Controladora e R\$ 6.515 no Consolidado, enquanto os montantes registrados no resultado são de R\$ 4.339 na Controladora e R\$ 6.440 no Consolidado.

As parcelas vencíveis do não circulante, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos do arrendamento mercantil:

	<u>Controladora (i)</u>	<u>Consolidado</u>
13 a 24 meses	12.672	19.323
25 a 36 meses	13.071	12.676
37 a 48 meses	11.321	10.392
49 a 60 meses	5.448	5.367
61 a 72 meses	297	297
	<u>42.809</u>	<u>48.055</u>

- (ii) Inclui R\$ 2.660 referente ao passivo de arrendamento mercantil com a Controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda

A Companhia e suas Controladas reconhecem seus passivos de arrendamento pelo valor presente de suas contraprestações brutas, incluindo potenciais créditos de impostos que usufruirão no momento da quitação de cada parcela do arrendamento. Desse modo o potencial crédito tributário embutido no passivo de arrendamento e no ativo de direito de uso é de:

<u>Fluxo de Caixa</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado Valor Presente</u>
Contraprestação do arrendamento	94.511	84.732
PIS / Cofins potencial (9,25%) (i)	7.342	6.614

- (i) Os contratos de veículos e com pessoas físicas não possuem crédito de PIS e COFINS.

Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, a Companhia e suas Controladas não consideram a inflação futura projetada no valor presente dos pagamentos futuros para a mensuração e remensuração dos seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso. Levando em conta que os prazos dos contratos de arrendamento são de no máximo 5 anos, não estimamos impactos relevantes nos saldos apresentados decorrente das atuais taxas de juros no mercado brasileiro.

27 Informação suplementar do fluxo de caixa

A preparação e apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, é efetuada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa.

Abaixo estão apresentadas suas informações adicionais:

	Controladora	Consolidado
Aquisição de imobilizado 2019 - não pagas	(895)	(961)
Aquisição de imobilizado de anos anteriores pagos - parcelados	-	281
Aquisição de imobilizado 2018 - pagos	1.315	3.395
Aquisição de intangível 2019 - não pagas	(265)	(265)
Aquisição de intangível 2018 - pagos	296	453
Compensações de Imposto de renda e contribuição social correntes	(923)	(1.191)
Tributos diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	158	158
Adoção inicial IFRS 16	53.661	84.809
Adições IFRS 16	22.477	23.724
Aumento de capital social por meio de ativos	14.074	-

28 Eventos subsequentes

Conforme orientação da CVM de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, bem como em atendimento ao CPC 24 – Evento Subsequente, a Administração vem acompanhando a expansão da pandemia do Covid-19.

A pandemia originou o Decreto Legislativo nº 06, de 20/03/2020, em âmbito federal, reconhecendo calamidade pública nacional. Outros Decretos de teor semelhante foram aprovados nos mais diversos Estados brasileiros, ocasionando diversas medidas de restrição de atividades e isolamento social. Por conta disso, visando a proteção dos colaboradores e de terceiros que atuam na logística de veículos e, após um período de rápida desaceleração, no final de março nossas operações foram praticamente interrompidas.

Tal fato foi comunicado aos clientes e planos de contingência discutidos conjuntamente, visando mitigar as consequências de tal paralisação.

Além dos impactos nas operações de logística de veículos, os outros negócios da companhia também podem ser afetados nos próximos dias, seja por conta de restrições impostas por nossos fornecedores, seja por decisões unilaterais de nossos clientes, como no caso de férias coletivas.

Em função do contexto, a Administração não propôs para aprovação em AGO de 30 de abril de 2020 a distribuição de dividendos complementares do exercício de 2019, cumprindo mesmo assim os dividendos mínimos obrigatórios em seu estatuto (25% do lucro líquido) distribuindo 43% do mesmo, no intuito de preservar caixa.

A Companhia não tem exposição significativa à taxa de câmbio, que tem mostrado excessiva volatilidade recentemente e a recente redução da taxa básica de juros pode ser favorável por conta das dívidas serem atreladas à mesma.

Nesse momento, não é possível prever a extensão e duração dos efeitos ocasionados pelo Covid-19, dada a dinâmica de expansão da pandemia e seu efeito em todas as áreas econômicas, desse modo a Companhia não é capaz de estimar com precisão os impactos em seus negócios e consequentemente em suas demonstrações financeiras.